
TRANSFORMAÇÕES NA POSSE, NO USO E NO PREÇO DA TERRA NO MEIO NORTE MATO-GROSSENSE (BRASIL)

Valdemar João Wesz Junior

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Foz do Iguaçu – Brasil)
jwes@yaho.com.br / valdemar.junior@unila.edu.br

Recibido: 27 de noviembre de 2020; Devuelto para correcciones: 3 de diciembre de 2020; Aceptado: 15 de noviembre de 2021

Transformações na posse, no uso e no preço da terra no meio norte mato-grossense (Brasil) (Resumo)

O meio norte de Mato Grosso, onde se encontram os municípios de Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso ou Sinop, se consolidou como uma das principais regiões agrícolas do Brasil, sobretudo em função da expansão do cultivo de soja e do estabelecimento de canais logísticos para escoamento da produção. A partir de uma revisão bibliográfica e da análise de dados secundários, o objetivo deste artigo é analisar as transformações na posse, no uso e no preço de terras nestes quatro municípios. Os resultados deste estudo indicam que, nas últimas décadas, a região passou por rápidas e intensas mudanças na estrutura fundiária, sendo marcas desse processo a elevada concentração da posse da terra, a rápida substituição da vegetação nativa por lavouras temporárias e a expressiva valorização do preço da terra, sobretudo nas áreas de cultivo do grão e mais próximas da rodovia BR-163.

Palavras-chave: transformações fundiárias; mercado de terras; uso do solo; Brasil

Changes in land tenure, use and price in the north of Mato Grosso (Brazil) (Abstract)

The north of Mato Grosso, where the municipalities of Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso or Sinop are located, consolidated as one of the main agricultural regions of Brazil, mainly due to the expansion of soy cultivation and the establishment of logistical channels for the production flow. Based on a bibliographic review and analysis of secondary data, the objective of this article is to analyze the changes in land tenure, use and price in these four municipalities. The results of this study indicate that, in the last decades, the region has undergone rapid and intense changes in the land structure, the marks of this process being the high concentration of land tenure, the rapid replacement of native vegetation by temporary crops and the significant appreciation of the price land, especially in the areas of grain cultivation and closer to the BR-163 highway.

Key words: land transformations; land market; use of the soil; Brazil.

Introdução

O Brasil se tornou, nas últimas safras, o maior produtor e exportador de soja no mundo¹ com o estado de Mato Grosso respondendo por quase um terço da produção nacional². E, quando o noticiário nacional evidencia as planícies de soja em Mato Grosso e os recordes de produção e exportação do grão, muito provavelmente será feita menção a algum dos principais municípios do meio norte: Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso ou Sinop. Conhecidas atualmente como “cidades do agronegócio”³, estas localidades se consolidaram como referência estadual e nacional pela área agrícola cultivada, volume produzido, nível de produtividade, padrão tecnológico empenhado, escala de produção e dinamismo econômico.

O cultivo de soja se estabeleceu com a chegada dos migrantes sulistas no início dos projetos de colonização da região, e ganhou impulso com o desenvolvimento de variedades de sementes adaptadas à região, uso de tecnologias voltadas ao melhoramento do solo e estabelecimento dos primeiros canais de escoamento⁴. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística⁵, entre 1990 e 2019 a área planta cresceu 401% e a produção foi ampliada em 864%, com o rendimento por área sendo duplicado nestas trinta safras (enquanto se produzia, em média, 2.200 kg/ha em 1990, em 2018 este valor fica em 3.417 kg/ha). Um dado que indica a centralidade da soja na região é o seu peso sobre o conjunto das lavouras temporárias no verão, que alcançou 97% da área em 2017 (frente a 70% em 1996)⁶.

Outro elemento comum é que estes quatro municípios estão conectados pela BR-163, que vai do Rio Grande do Sul ao Pará, e foi criada na década de 1970 com o objetivo de integrar o território nacional e ocupar um espaço considerado como “vazio” pelo Estado⁷. Depois de décadas sem asfaltamento e com manutenção precária, nos anos 2000 a rodovia ganhou novos investimentos de restauração, adequação e pavimentação, concluindo o asfaltamento no início de 2020, inclusive no acesso ao porto de Miritituba/Pará (BR-230). Atualmente a BR-163 é a principal rota de conexão dos municípios de Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop com a capital do estado (Cuiabá), com o Sul do país e com Santarém (Oeste do Pará), sendo que a direção Norte tem se consolidado como uma via central para escoamento da produção agropecuária local. O asfaltamento é fundamental para o “desenvolvimento de um corredor de exportação dos grãos produzidos em Mato Grosso através dos portos da Região Norte”⁸.

¹USDA, 2020

²CONAB, 2020

³Desconsi, 2017

⁴Fernández, 2007; Wesz Jr., 2014

⁵IBGE, 2020

⁶IBGE, 2020

⁷Bernardes e Freire Filho, 2005; Fernández, 2007

⁸Margarit, 2013: 169

Como já apontam diferentes pesquisas⁹, a expansão da soja e a construção de canais logísticos provoca impactos de diferentes ordens (sociais, ambientais, econômicos, políticos etc.). A dinâmica fundiária, que também é profundamente alterada nestes cenários, será o foco deste trabalho. Para tanto, o objetivo deste artigo é analisar as transformações ocorridas na posse, no uso e no mercado de terras em Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop (Mato Grosso – Brasil).

Ainda que sejam feitos alguns comentários sobre momentos anteriores e posteriores, este trabalho centra-se no período de 1996 a 2017, visto que os dados dos últimos três Censos Agropecuários (1996, 2006 e 2017) dispõem de informações comparáveis dos quatro municípios, pois neste intervalo não houve alteração nos limites territoriais das localidades. No Censo de 1985 não há dados de Lucas do Rio Verde, Sorriso e Nova Mutum, enquanto Sinop não tinha a mesma superfície que dispõe hoje (devido ao desmembramento de outros municípios). Do ponto de vista da análise, é um período relevante, pois permite perceber os reflexos que a expansão da soja e do corredor logístico tem provocado na dinâmica fundiária na região.

Em termos metodológicos, foi realizada uma ampla revisão bibliográfica e análise estatística a partir dos dados dos últimos três Censos Agropecuários do IBGE (1996, 2006 e 2017), como comentado acima. Além disso, foi consultado o Mapbiomas¹⁰, que inclui dados anuais de cobertura e uso do solo para o período de 1985 a 2019. Como o Mapbiomas utiliza o recorte espacial atual dos municípios, mesmo quando eles ainda não estavam emancipados, é possível fazer uma análise temporal maior que a disponível nos dados dos Censos Agropecuários. O mesmo ocorre com as informações da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) e com a Pesquisa Pecuária Municipal (PPM), do IBGE, que tem dados anuais, que iniciam quando as localidades se emancipam. No tema do preço da terra na região em análise, foram usados principalmente os dados do Instituto FNP, que desde 2002 coleta e sistematiza o comportamento dos preços para diferentes tipos de terra e localidades no Brasil.

Este artigo está estruturado em seis partes, além desta Introdução e das Considerações finais. Inicialmente se apresenta, de maneira sintética, o processo de ocupação dos municípios de Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop. Na sequência o foco recai sobre posse e uso da terra no meio norte mato-grossense até 1995. Os tópicos seguintes estão centrados no período de 1996 até os anos mais recentes, abordando número e área dos estabelecimentos agropecuários, além da concentração da terra; a condição dos produtores e da terra; e o uso do solo e atividades agropecuárias; e o preço da terra.

Breve resgate da formação dos quatro municípios

A história de Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop está intimamente ligada às iniciativas estatais executadas ao longo de décadas, que tiveram como marco inicial o programa

⁹Fearnside, 2007; Lima, 2008; Alencar et al., 2011; Domingues e Bermann, 2012; Sauer e Pietrafesa, 2013; Schwenk, 2013; Costa et al, 2016; Leão, 2018; Kato et al., 2019; entre outros

¹⁰Versão 5

Marcha para Oeste em 1937¹¹, seguido pelas iniciativas do governo militar. Ao abranger um conjunto múltiplo de objetivos e intenções (Preencher os vazios demográficos, garantir a integridade nacional, promover o avanço de projetos agropecuários, reduzir conflitos agrários no Sul e Nordeste do Brasil, etc.) estas políticas acabaram transformando intensamente Mato Grosso, com destaque ao Norte do estado¹².

Na região em análise, a partir da década de 1960, as transformações ganham velocidade e forma. O Estado, através dos governos militares, “passa a subsidiar sistematicamente a apropriação da porção norte do Mato Grosso, sobretudo por meio de programas de incentivos fiscais para a instalação de projetos agrícolas, pecuários e agrominerais, da construção de infraestruturas básicas – como rodovias – e do processo de colonização das terras”¹³. Conforme Fernández¹⁴, o ritmo e a intensidade de ocupação da Amazônia pós-64 foram determinados pelas facilidades de acesso à terra e pelas políticas de incentivos, “servindo de atrativo não apenas para as grandes empresas situadas na região Sudeste (os seus maiores beneficiários) mas também para os colonos do Sul do Brasil e os camponeses e trabalhadores do Nordeste”.

A história dos quatro municípios se conecta, literalmente, com a construção da BR-163, iniciada nos anos 1970. Segundo Volochko (2015), a rodovia, sobretudo no trecho Cuiabá – Santarém, significava a possibilidade de realizar a ocupação da pré-Amazônia mato-grossense, interligando-a ao Centro-Sul do país, promovendo de maneira simultânea “a apropriação capitalista do território por meio de grandes projetos agropecuários que, economicamente inviáveis, serviram para a derrubada da floresta, a grilagem e a concentração das terras, a expulsão de posseiros e indígenas, a realização dos projetos (sobretudo particulares) de colonização e, por fim, à urbanização dessa região”¹⁵. Mais do que um traçado definido por questões técnicas, o trajeto da BR-163 foi influenciado por interesses particulares.

Diante da iminência da desvalorização de suas terras, as quais ficariam marginalizadas em relação ao traçado original da rodovia Cuiabá-Santarém, José Aparecido Ribeiro – que havia adquirido no município de Diamantino, em 1966, juntamente com empresários paulistas, uma vasta área de quase 170 mil ha e formado a Mutum Agropecuária S.A. para o desenvolvimento de projeto de pecuária (posteriormente plantação de arroz, milho e soja) com incentivos da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) – teria acionado ‘pessoas influentes em Brasília, sobretudo o Deputado Federal por São Paulo, Herbert Levy e conseguiu alterar o traçado

¹¹Lançado em 1937 por Getúlio Vargas, a Marcha para o Oeste tinha como objetivo unificar as fronteiras econômicas e políticas, garantindo a integridade nacional, que se encontrava fragmentada pela existência de grandes vazios demográficos. Para tanto, em 1943 foram criadas duas estratégias inter-relacionadas: a) a expedição Roncador-Xingu, que procurava reconhecer uma vasta área no Norte de Mato Grosso, bem como definir locais estratégicos para formação de cidades, pistas de pouso e estradas; b) a Fundação Brasil Central, cuja finalidade era implantar núcleos populacionais, criando infraestrutura para a chegada dos emigrantes Ricardo, 1970.

¹²Fernández, 2007; Moreno, 2007; Barroso, 2008; Rocha, 2010; Wesz Jr., 2017

¹³Volochko, 2015: 45

¹⁴Fernández 2007: 145

¹⁵Volochko, 2015: 45

de asfaltamento da rodovia, possibilitando que em seguida Mutum, Tapurah, Lucas do Rio Verde e Sorriso fossem colonizadas na esteira da abertura da rodovia pelo atual e definitivo traçado.¹⁶ O traçado da BR-163, além de ser “influenciável”, conforme relato descrito acima, também foi “influenciador” da formação dos núcleos habitacionais e dos projetos de colonização. Um caso emblemático refere-se a Colonizadora Sinop, que instala seu primeiro núcleo colonial na atual cidade de Vera. Mas, com o avanço do deslocamento desta rodovia, percebe-se que a BR-163 não passaria por esta área, mas por outra parte da gleba. Então a Colonizadora decide alterar seu núcleo colonial, para que este estivesse estrategicamente localizado às margens da rodovia. Foi então que se implanta o núcleo colonial de Sinop¹⁷.

Para entender la dimensión del concepto de burocracia conviene primero definirlo. Según la Real Dos quatro municípios analisados, Sinop foi o precursor no processo de colonização. Localizado na região de transição entre o Cerrado e a Floresta Amazônica, o passo inicial da colonização foi dado entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970, quando Ênio Pepino, dono da Colonizadora Sinop, adquiriu de um fazendeiro paulista grandes extensões de terras. É importante destacar que a colonizadora “já havia acumulado experiência com projetos de colonização agrícola no norte do Paraná durante as décadas de 1950 e 1960, o que explica o nome Sinop, uma abreviação de Sociedade Imobiliária do Noroeste do Paraná”¹⁸. Conforme Tomé e Rohden (2017), a empresa assumiu a responsabilidade de todo o empreendimento na Gleba Celeste (nome da área adquirida pela Colonizadora Sinop), como as obras de infraestrutura, medição e demarcação das terras, abertura de estradas vicinais, implantação de núcleos urbanos, instalações de serviço de saúde, educação, ações sociais e comerciais. Em contrapartida, a Colonizadora recebeu grande apoio dos órgãos federais e estaduais na construção de rodovias e estradas, além de incentivos fiscais e políticas públicas.

A Colonizadora Sinop vendeu, principalmente na década de 1970 e início da década de 1980, cerca de 650 mil hectares de terras, correspondentes a 6.200 lotes, com extensão média de 100 ha, a colonos ou meeiros provenientes, principalmente do Norte e Oeste do Paraná, que haviam sofrido profundas modificações na dinâmica agropecuária local (sobretudo com a crise do plantio do café e a expansão do plantio modernizado da soja), provocando assim intensos processos de deslocamento para regiões rurais do Norte do país¹⁹. Como destaca Souza, “a colonização de Sinop fez parte de uma política de ocupação de áreas da Amazônia Brasileira no qual o Estado agiu mais ativamente em benefício dos comerciantes de terra”²⁰

Nova Mutum tem seu embrião em 1966, quando um grupo de empresários paulistas, capitaneados por José Aparecido Ribeiro, adquiriu de um libanês uma extensa área de terras no município de Diamantino. Com a compra de 169 mil hectares, foi constituída a Mutum Agropecuária S.A. e, a partir daí, foi aprovado um projeto de cria, recria e engorda de bovinos de

¹⁶Schaefer, 2000: 20; Volochko, 2015: 45

¹⁷Souza, 2017

¹⁸Coy e Klingler, 2014: 10

¹⁹Coy, Klingler e Kohlhepp, 2017

²⁰Sousa, 2017:98

junto a SUDAM em uma área de 120 mil hectares, sendo 54 mil ha de pastagens e 60 mil ha para reservas florestais, restando 56 mil hectares para futuras ampliações²¹ Mais tarde começam os experimentos com o cultivo de arroz, milho e soja²².

Em 1977 a Mutum Agropecuária S.A. destina 100 mil hectares de suas terras para o desenvolvimento de um projeto de colonização, uma vez que, contraditoriamente, “a própria divisão de suas terras através da venda de lotes para a ocupação por agricultores vindos do sul do país realizaria a centralização necessária à valorização futura de suas propriedades tanto rurais como urbanas”²³. Os colonos, oriundos principalmente do Rio Grande do Sul, mas também provenientes de Santa Catarina, em geral compravam lotes entre 150 e 400 hectares, sendo que quem adquirisse um lote rural, recebia de bonificação dois terrenos urbanos²⁴.

Já a história de Sorriso está ligada ao catarinense Beijamim Raiser, que em 1973 adquiriu do americano Edmund Zanini uma área de cinco mil hectares na margem do Rio Teles Pires. Dois anos depois, seu filho e genro deram início às primeiras atividades de demarcação e abertura da terra para implantar um projeto agropecuário. Com esse mesmo objetivo e estimulado pelos terrenos planos e de baixos preços, o genro com seus irmãos adquiriram mais dez mil hectares. Para formalizar a comercialização da terra, criaram, com alguns sócios, a Colonizadora Sorriso em 1979, que incluía a venda de lotes urbanos e rurais²⁵. A Colonizadora

"comprava o título possessório referente a uma determinada área, fracionava-a em partes menores e revendia-as para colonos do Sul, especialmente do Oeste de Santa Catarina e do Paraná. [...] Os lotes possuíam tamanhos variados, desde pequenas chácaras próximas do núcleo urbano e voltadas à produção de alimentos para abastecer a cidade, até áreas superiores a mil hectares em regiões mais distantes. Como estratégia de valorização das terras, primeiro vendiam-se os lotes mais longínquos e na sequência os mais próximos²⁶".

O autor ainda comenta que a colonizadora atuava como uma imobiliária, adquirindo terras de terceiros por meios lícitos e ilícitos, que as loteava e revendia para os colonos. Entre os meios ilícitos, “o caso de maior repercussão no município foi a venda irregular, por meio de procurações falsificadas, da área de 140 mil hectares pertencente ao americano”. Além disso, “a colonizadora, lançando mão de documentos falsificados, grilava as terras e depois as revendia”²⁷.

Lucas do Rio Verde, por sua vez, tem uma história diferente dos vizinhos. Segundo Rocha 2006, 2010, em 1976 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de Mato Grosso criou judicialmente a gleba Lucas do Rio Verde, abrangendo uma área de 270 mil hectares. Neste mesmo período, chegaram as primeiras famílias de migrantes vindas do sul do país, que

²¹Carignani et al., 2019

²²Volochko, 2015

²³Volochko, 2015: 46

²⁴Arantes, 2012.

²⁵Fernández, 2007.

²⁶Fernández, 2007: 184

²⁷Fernández, 2007: 184

compraram a posse da terra (os lotes que variavam de 1.000 a 5.000 hectares) e protocolaram a documentação exigida pelo Instituto para sua regularização. Dado que se tratava de terras griladas, o INCRA não reconheceu a posse. Depois de muitas idas e vindas, para cada hectare aberto de terra, o INCRA regularizou dois hectares para os posseiros. “Aquele que tinha 400 hectares de terra abertos recebeu a regularização de 800 hectares. Como os lotes eram demarcados em 200 hectares, os posseiros que tinham, por exemplo, 250 hectares abertos tiveram regularização de 600 hectares”²⁸.

Em 1981, dos 270 mil hectares da gleba, 202 mil hectares foram destinados à implantação do projeto de assentamento (o restante foi objeto de regularização fundiária dos posseiros), divididas em 900 parcelas de 200 hectares cada²⁹. Lucas se tornou um Projeto Especial de Assentamento (PEA), de responsabilidade do INCRA, ao qual cabia o loteamento, a implantação de infraestrutura e administração técnico-financeira³⁰. E, em 1981, foram alocadas na área 203 famílias, oriundas de um acampamento de sem-terras de Ronda Alta, Rio Grande do Sul, que aceitaram deslocar-se para o norte do Mato Grosso e ali receberam um lote de 200 hectares, sendo 25 hectares de área aberta³¹. Este grupo, segundo Rocha (2006 e 2010) ficou conhecido como parceiros.

Além dos posseiros e parceiros, na formação de Lucas do Rio Verde houve um terceiro movimento migratório, vinculado a Cooperativa Agropecuária Mista Lucas do Rio Verde (Cooperlucas). A cooperativa recebeu os recursos do Prodecer³² para a compra de terras e, posteriormente, vendeu para os agricultores previamente selecionados, sendo critério de escolha a experiência em ambientes produtivos com emprego de tecnologias modernas (sobretudo no cultivo da soja), o que limitava o público aos agricultores do eixo Sul-Sudeste. Inicialmente, os agricultores, sobretudo do Rio Grande do Sul, foram assentados numa área de 16.717 hectares distribuídas em 30 lotes, o que significa uma área média próxima dos 500 hectares por lote³³.

Em suma, a formação dos municípios analisados está profundamente ligada com os programas públicos, que promoveram, em distintas regiões de Mato Grosso, incentivos fiscais, concessão de terras, construção de infraestrutura, modernização da agricultura, ocupação do território, etc. As quatro localidades nasceram de projetos de colonização, ainda que em Sinop, Nova Mutum e

²⁸Rocha, 2010: 91

²⁹Rocha, 2006 e 2010

³⁰Moreno, 2005

³¹Zart, 1998.

³²O Prodecer foi criado em 1979, dentro do II Plano Nacional de Desenvolvimento, e visava fortalecer a ocupação do Cerrado com bases técnicas e gerenciais modernas, através do acordo firmado entre o Brasil e o Japão para a produção de soja no Cerrado, visto o interesse do país asiático na importação da oleaginosa. O Prodecer foi implementado em três fases, cobrindo os Estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Bahia, Tocantins e Maranhão, onde foram realizados 21 projetos com 758 assentados, incorporando 353.748 ha de cerrados ao processo produtivo Warnken, 1999.

³³Rocha, 2006 e 2010

Sorriso tenha sido de colonização privada, enquanto em Lucas do Rio Verde foi pública. Sinop foi o primeiro a emancipar-se, em 1974, seguido por Lucas do Rio Verde (1985), Sorriso (1986) e Nova Mutum (1988). Na Figura 1 é possível visualizar a localização dos municípios no Mato Grosso, bem como os biomas presentes em seus territórios e o traçado da BR-163.

Ao longo das décadas os quatro municípios passaram por importantes transformações, em diferentes dimensões. Atualmente são centros urbanos relevantes, com uma população em forte ascensão, que saltou de 66,5 mil para 344,2 mil pessoas entre 1991 e 2019. Sinop continua sendo o município com maior população (42% do total em 2019), ainda que tenha perdido peso em comparação a 1990, quando absorvia 58% das pessoas dos quatro municípios³⁴. São exemplos clássicos das chamadas “cidades do agronegócio”³⁵, pois tem uma população rural reduzida (14% em 2010) e na cidade encontram-se grande parte dos produtos e serviços necessários para a produção agrícola moderna e globalizada, sendo sede de armazéns de grãos e agroindústrias, além de contar com a presença de inúmeras concessionárias de implementos agrícolas, do comércio de insumos e de outras empresas que se inserem, direta ou indiretamente, às cadeias produtivas do agronegócio³⁶. Em termos econômicos, a agropecuária e os setores conectados a ela são protagonistas nestas localidades, conferindo aos quatro municípios uma colocação de destaque entre os dez maiores PIB do estado em 2017 (4ª colocação para Sorriso, 5ª para Sinop, 6ª para Lucas do Rio Verde e 10ª para Nova Mutum), além de um PIB per capita acima da média estadual e nacional³⁷.

³⁴IBGE, 2020

³⁵Elias, 2006

³⁶Coy e Klingler, 2014

³⁷ IBGE, 2020

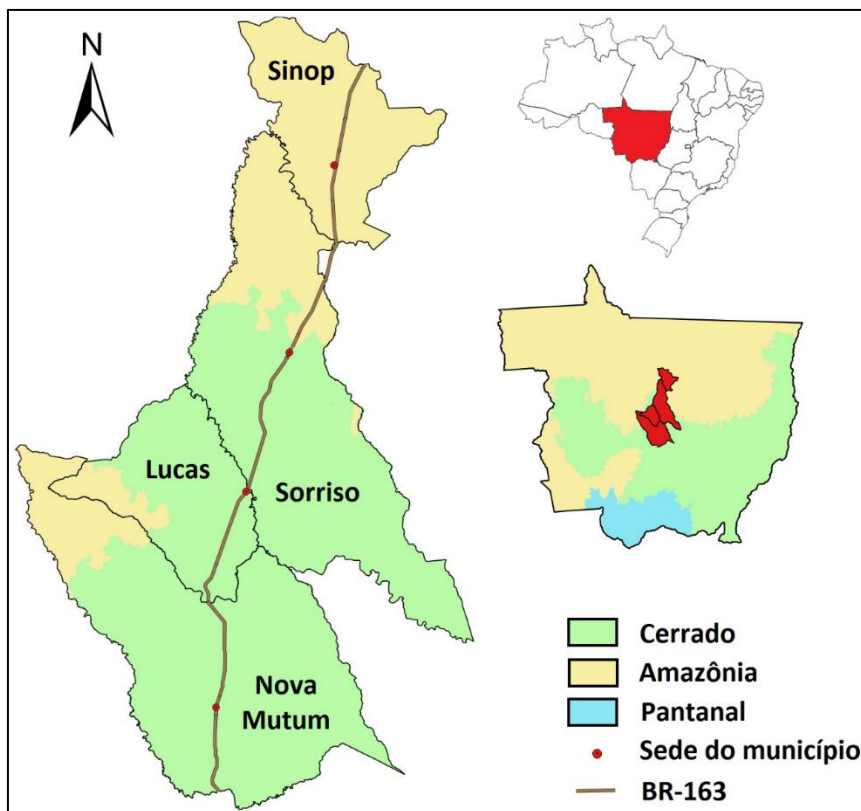


Figura 1. Mapa com a localização dos municípios estudados em Mato Grosso (Brasil)

Fonte: IBGE (2020). Elaborado pelo autor

Posse e uso da terra no meio norte mato-grossense até 1995

O tema do avanço da fronteira foi amplamente comentado no Brasil, tanto pelos representantes do setor agropecuário quanto por alguns acadêmicos. Contudo, como argumenta Bernardes (2005), é preciso ponderar que, no caso de Mato Grosso, não se trata de um avanço sobre terras vazias, onde os pioneiros fizeram a ponte entre o mundo selvagem e a civilização, levando o progresso. Ao contrário disso, havia indígenas, posseiros, garimpeiros, seringueiros, etc. Nesse sentido, é interessante a contribuição de Martins (1996), que argumenta que o avanço da fronteira caracteriza-se pela nova racionalidade econômica, pela constituição formal e institucional de novas mediações políticas, pela expansão dos mercados e pela introdução de novas concepções de vida.

Como bem comenta Fernández (2007), “a ‘disponibilidade’ dos chamados ‘grandes estoques’ de terras, encravados nos denominados ‘vazios’ populacionais, decorre de um longo processo social de construção de novos territórios, processo esse pautado na desarticulação e desestruturação de territórios tradicionais de caça, pesca, roças, moradia, rituais, conflitos e lazer dos povos indígenas”³⁸. Deste modo, a expansão da fronteira ocorreu através do despovoamento e da desterritorialização de modos de vida tradicionais. Assim, “se fabricou o ‘grande estoque de

³⁸ Fernández, 2007: 142

terras' e os 'vazios demográficos', que foram os motes dos programas voltados a realizar a unificação da 'fronteira política' com a 'fronteira econômica'³⁹.

Além dos diferentes grupos indígenas, a região também era habitada por um número expressivo de garimpeiros e pequenos produtores rurais, que viviam basicamente do extrativismo⁴⁰, os quais haviam adentrado na região no ciclo da borracha e exploração das seringueiras⁴¹. Quando os governos militares passam a subsidiar sistematicamente a apropriação da porção norte do Mato Grosso, sobretudo por meio de programas de incentivos fiscais para a instalação de projetos agropecuários, iniciaram os conflitos pela posse da terra⁴². Nesse sentido, haviam outros grupos sociais já presentes na região antes dos ambiciosos projetos públicos do avanço da fronteira, gerando tensões em relação ao controle da terra.

Com os programas de incentivos fiscais para a instalação de projetos agrícolas, pecuários e agrominerais na região⁴³. e o baixíssimo preço da terra, empresários do centro-sul e estrangeiros começam a adquirir grandes áreas no norte do Mato Grosso⁴⁴, aumentando a procura por terras⁴⁵. "Somente nesse Estado, em 192 projetos, distribuídos em 4,8 milhões de hectares, foram investidos 2,1 bilhões de cruzeiros, sendo 1,5 bilhão proveniente de incentivos. A área média dos projetos financiados pela SUDAM era de 25 mil hectares"⁴⁶. Segundo dados do Censo Agropecuário de 1970, a microrregião Norte do estado (que abrangia toda a porção Norte e centro-nordeste do Mato Grosso) haviam 115 estabelecimentos com mais de 10 mil hectares, alcançando uma área de 6,6 milhões hectares. Mas, chama atenção que haviam sete estabelecimentos com mais de 100 mil hectares, em uma superfície de 3,4 milhões hectares

³⁹Fernández, 2007: 144

⁴⁰Pereira, 2000

⁴¹Volochko, 2015

⁴²Pereira, 2000; Volochko, 2015

⁴³ O atrativo principal para a instalação das empresas na região da Amazônia, através das grandes agropecuárias, foi definido pela Lei no 5.174 de outubro de 1966, que dispunha sobre a concessão de incentivos fiscais, de modo que às interessadas nesse estabelecimento, além das facilidades de acesso à terra, concedia-se o direito de deduzirem até 50% do imposto de renda devido, revertidos em projetos agrícolas, pecuários e industriais. Naturalmente, em vez de pagar o imposto para o Estado, as empresas optavam por criar novos negócios na Amazônia, mesmo sem a rentabilidade esperada. Ainda, quando lá fixadas, gozavam da isenção plena do imposto de renda, medida que vigorou até o ano de 1982" Fernández. 2007: 147.

⁴⁴ A compra de grandes áreas por empresários do sudeste e estrangeiros fica evidente em Nova Mutum, Sorriso e Sinop, visto que as colonizadoras compram as terras desses atores, conforme comentado no item anterior.

⁴⁵ "Para se ter uma ideia da dinâmica do processo de incorporação de terras em Mato Grosso, segundo os dados cadastrais do INCRA, no período de 1972 a 1976, a área cadastrada do Estado passou de 56,2 para 82,1 milhões de hectares, representando um crescimento de, aproximadamente, 25,8 milhões de hectares, dos quais 19,6 milhões ocorreram na mesorregião Norte-Mato-Grossense; 76% do total incorporado situavam-se nos imóveis classificados como 'latifúndio por exploração' e 'empresa rural' Fernández, 2007: 150.

⁴⁶Fernández, 2007: 148-149

(média de 481.567 hectares por estabelecimento)⁴⁷. É importante pontuar que muitos proprietários adquiriram grandes áreas sem ter necessariamente interesse de estabelecer explorações agrícolas, mas aproveitaram os incentivos fiscais e as possibilidades de especulação fundiária⁴⁸.

No momento em que as modalidades específicas de incentivo e créditos subvencionados pelo Estado a grandes projetos agropecuários declinaram no final da década de 1960, os proprietários viram nos projetos de colonização uma nova modalidade de reocupação das terras mato-grossenses, que permitia valorizar o preço das terras, desfrutando de nova fase de acesso a recursos financeiros⁴⁹. Segundo Moreno (2007) e Desconsi (2017), os projetos de colonização na área que atualmente compreende Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop, foram desenvolvidos em diferentes etapas no período de 1972 a 1984, incluindo tanto lotes rurais (6.374) como urbanos (9.741). A área dos lotes rurais variava conforme o projeto, a proximidade da cidade, a condição das terras, o poder aquisitivo dos proprietários, entre outros elementos, ficando em uma média de 127 hectares.

A chegada e o estabelecimento dos colonos, basicamente sulistas, nas áreas de colonização não significou necessariamente a sua permanência neste local. Como destaca Furtado (2009), ocorreram situações inesperadas nos projetos de colonização, como fracasso, violência, desistência e retorno. Todavia, o retorno não significa, na maioria das vezes, uma volta aos locais de origem, mas sim o início de uma nova migração para outro lugar, em busca de terras mais baratas para o estabelecimento definitivo ou mesmo o deslocamento para as cidades. Em Sinop, por exemplo, a taxa de ocupação efetiva das terras na Gleba Celeste foi baixa, não atingindo 50% no final da década de 1980 (quinze anos após o assentamento dos primeiros colonos), percentual que ficou ainda menor nos anos posteriores⁵⁰. Em Lucas do Rio Verde, das 203 famílias de parceiros assentadas em Lucas, somente 12 ainda mantinham as terras que haviam recebido do INCRA, sendo que os demais retornaram para o sul ou foram para outros projetos de colonização no interior de Mato Grosso⁵¹.

Na literatura, muitos argumentos trazem as razões desta desistência e da não permanência dos colonos em seus lotes, como desconhecimento das características edafoclimáticas locais (sobretudo clima e solo), que afetava a forma de produção e seu rendimento; problemas econômicos derivados dos baixos preços recebido pelos produtos agropecuários e da dificuldade de escoamento, implicando em processo de endividamento; falência dos projetos produtivos locais (como a usina de álcool à base de mandioca em Sinop); ausência de políticas públicas para os “colonos não-modelos”, que tinham menor condição econômica e produtiva; não adequação à dinâmica das instituições responsáveis pela liberação do crédito e pela assistência técnica,

⁴⁷ IBGE, 2020

⁴⁸ Sorj, 2008

⁴⁹ Tavares dos Santos, 1993

⁵⁰ Coy e Klingler, 2014

⁵¹ Rocha, 2010

normalmente ligadas à colonizadora; avanço do monocultivo na região, com suas características excludentes⁵².

Em paralelo, ocorreu a compra das terras pelos agricultores dos lotes vizinhos, mais capitalizados⁵³. No caso de Lucas do Rio Verde, a saída dos parceiros permitiu que o executor do INCRA passasse a vender os lotes – ainda que fosse uma iniciativa juridicamente ilegal – para latifundiários, grandes comerciantes da região e novos compradores vindos do sul do país, a maioria incentivados pelos familiares e amigos que já estavam no local, gerando processos de especulação e concentração fundiária⁵⁴. Assim, “o tamanho da área média das propriedades foi crescendo à medida que os lotes dos ‘retornados’ foram sendo comercializados”⁵⁵.

Conforme Desconsi (2017), a abrangência territorial dos projetos de colonização não alcançou todas as terras existentes do planalto mato-grossense, deixando muitos traços da estrutura fundiária anterior (grandes propriedades). Mesmo que a abrangência restrita, os projetos de colonização tinham a função de criar novos núcleos estrategicamente distribuídos no espaço, atraindo colonos e trabalhadores que estabeleciam um “movimento” em determinadas áreas consideradas “paradas”, valorizando e ampliando a demanda das terras próximas.

E, com o estabelecimento dos núcleos urbanos, avanço da infraestrutura (sobretudo via BR-163) e dos serviços, expansão da pesquisa agropecuária em áreas de cerrado, crescimento da produção agropecuária no meio norte mato-grossense e presença de familiares ou conhecidos na região, começam a chegar produtores mais capitalizados, visto que o preço da terra ainda era muito inferior quando comparado a outras zonas agrícolas consolidadas⁵⁶. Além disso, grandes produtores rurais que já atuavam na região ampliam ainda mais suas áreas, comprando “terras abertas” (desmatadas e com produções agropecuárias) ou “terras para abrir” (com vegetação nativa). Um exemplo é Otaviano Pivetta, instalado no início dos anos 1980 em Lucas do Rio Verde, plantando arroz, soja e milho e, posteriormente, desenvolvendo a suinocultura, “adquire no município de Nova Mutum, em meados dos anos 1990, das terras da colonizadora Mutum Agropecuária S.A. (ainda baratas), 17 mil ha, constituindo a Fazenda Ribeiro do Céu e fundando a Vanguarda Agropecuária do Brasil em 1998”⁵⁷.

⁵²Rocha, 2010 Tavares dos Santos, 1993; Zart, 1998; Barroso, 2006; Rocha, 2006 e 2010; Coy e Klingler, 2014

⁵³Coy e Klingler, 2014

⁵⁴Zart, 1998; Rocha, 2010

⁵⁵Fernández, 2007: 155

⁵⁶Infelizmente não há uma série histórica do preço da terra na região para as décadas de 1970, 1980 e 1990, mas é consenso na literatura que o valor era inferior às principais regiões agrícolas do país. Fernández, 2007:118, baseando-se em Rezende,2002, apresenta o preço no Sul e no Mato Grosso, dado que esta era a origem da maioria dos colonos. “O preço da terra de cultivo no Rio Grande do Sul era quatro vezes superior ao valor pago em Mato Grosso, diferença que poderia ser maior, dependendo da localização, da disponibilidade de infraestrutura e da legalidade dos documentos. Em relação aos estados do Paraná e de São Paulo, essa diferença subia para a proporção de cinco para um e de seis para um, respectivamente, sendo ainda maior para as terras ainda não cultivadas”.

⁵⁷Volochko, 2015

É consenso entre os autores que o processo de aquisição e controle da terra na região se deu a partir de meios legais e ilegais, inclusive com uso da violência e da intimidação⁵⁸. Como bem coloca Volochko⁵⁹, é preciso lembrar que o processo de apropriação de terras, muitas vezes, “se deu de modo ilegal com grilagens de terras públicas e particulares, com mecanismos de burla por meio da corrupção em órgãos públicos resultando na ocupação privada e ilegal de terras muitas vezes já discriminadas pelo INCRA”.

Em termos de uso das terras (Figura 2), há um movimento de perda da vegetação nativa (floresta e formação natural não florestal) com o avanço da colonização e da atividade agropecuária. Em 1985, primeiro ano da série histórica, esta vegetação alcançava 79% da superfície dos municípios estudados, sendo menor em Lucas (59% da sua área total) e maior em Sinop (87%), enquanto que Nova Mutum e Sorriso estavam na média. Entre 1985 e 1995, a vegetação nativa segue decrescendo, chegando em 62% em 1995, enquanto a área agrícola na superfície dos quatro municípios se expandiu significativamente (aumentou de 16% para 28%), assim como a pastagem (passou de 4% para 9%). Em nível municipal, em 1995 a área agrícola cobria um percentual maior em Lucas (49%) e Sorriso (35%), enquanto em Sinop se destacava a pastagem (22%)⁶⁰.

Enquanto atividade econômica predominante, ela vai depender fundamentalmente da localização da área ocupada. Na região de transição amazônica, a exploração da madeira predominou, como em Sinop, que já em 1973 operavam duas madeireiras, chegando na década de 1990 com mais de 300 madeireiras de pequeno, médio e grande porte⁶¹. O rebanho bovino cresceu a passos largos entre 1980 e 1995 (730%), superando as 330 mil cabeças, com dois terços localizados em Nova Mutum e Sinop. No mesmo período foi ampliado o efetivo de suínos (959%) e aves (307%), localizados principalmente em Lucas do Rio Verde (responsável por 35% a 40% do rebanho, conforme o ano) e Sorriso (25-30%)⁶².

⁵⁸Barroso, 2006; Fernández, 2007; Moreno, 2007; Furtado, 2009; Rocha, 2006 e 2010

⁵⁹Volochko, 2015: 47

⁶⁰Mapbiomas, 2020

⁶¹Macedo e Ramos, 2015

⁶²IBGE, 2020

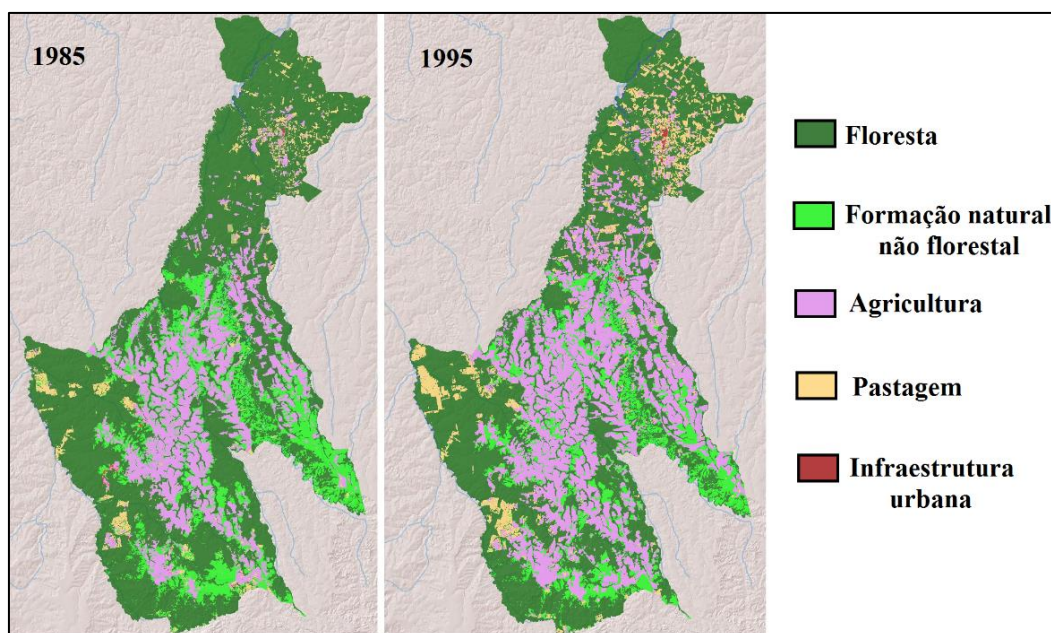


Figura 2. Uso do solo nos municípios de Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Nova Mutum (1985 e 1995)

Fonte: Mapbiomas, 2020. Elaborado pelo autor

Em relação a agricultura, na área estudada o arroz foi o primeiro cultivo de destaque, apesar das tentativas frustradas com a produção de café e mandioca (para álcool) em Sinop⁶³. Este cultivo, nas áreas de cerrado, era utilizado inicialmente para correção da acidez do solo, tanto que ficou conhecido como “amansa terra”. Mas, diante das novas tecnologias de correção dos solos, da queda no seu preço, da falta de garantia de compra e do surgimento de novas doenças, que aumentaram o custo de produção, a soja vai ganhando cada vez mais espaço. E, com o desenvolvimento de novas variedades de soja, aliado com o crescimento do uso de fertilizantes sintéticos e máquinas para a produção agrícola, a soja se torna a atividade protagonista na década de 1980 e consolida esta posição na década de 1990⁶⁴. Em 1995 foram cultivadas mais de 500 mil hectares de soja nos quatro municípios, contra 80 mil ha de arroz e 78 mil de milho (que se estabelece, cada vez mais, como cultivo de rotação com a soja)⁶⁵.

Em síntese, a região vivenciou, sobretudo nas últimas três décadas do século XX, uma convulsão de movimentos e dinâmicas. Ao não reconhecer os direitos das população que ali já viviam e, no impulso dos programas públicos, se estabeleceram grande projetos agropecuários (principalmente com empresários do sudeste e estrangeiros) e, mais tarde, houve uma intensa colonização (espontânea e dirigida), que marca o processo de chegada e estabelecimento (mas também de retorno) de colonos do sul do país no meio norte de Mato Grosso. A apropriação de terras baratas, por meios legais e ilegais, transformou de maneira abrupta a região, com novos atores, usos do solo e atividades econômicas. Os próximos itens, cujos dados partem de 1996,

⁶³ Coy e Klingler, 2014

⁶⁴ Wesz Jr., 2014

⁶⁵ IBGE, 2020

vão mostrar características agrárias que são reflexos e continuidade desse conjunto de movimentos e dinâmicas apresentadas até o momento.

Número de estabelecimentos agropecuários, área total e concentração da terra (1996 – 2017)

O Censo Agropecuário de 1996 indica que haviam, nos quatro municípios, 1.861 estabelecimentos agropecuários (EA), sendo que Sinop detinha 666, seguido por Sorriso (475), Lucas do Rio Verde (468) e Nova Mutum (252). Como esta última localidade era justamente a que detinha maior área com EA (715.628 hectares), a superfície média dos seus estabelecimentos ficou em 2.840 ha, bastante acima dos vizinhos, sobretudo de Sinop, cuja área média era 252 ha, sendo reflexo da própria lógica da colonização, que distribuiu lotes com uma extensão média de 100 ha⁶⁶. A extensão menor em Sinop, em comparação aos municípios vizinhos analisados, se deve ao fato que, naquele momento, as áreas de floresta amazônicas eram consideradas mais férteis e produtivas do que aquelas localizadas no cerrado, e por isso os colonos dependiam de menor área para alcançar sua reprodução social⁶⁷. O segundo município com maior área média dos EA foi Sorriso, que alcançava 1.200 ha em 1996, enquanto Lucas do Rio Verde tinha uma extensão de 655 ha por EA (Tabela 1), valor próximo da média estadual (633 ha)⁶⁸.

Em relação ao tamanho dos EA, também há particularidades entre os municípios. Sinop é quem detém maior proporção de unidades com até 100 hectares (58%), enquanto que nos demais locais essa participação é muito menor: 21% em Lucas do Rio Verde, 13% em Sorriso e apenas 9% em Nova Mutum. Mas esse estrato representa muito pouco da área total: 7% em Sinop e menos de 1% nos outros três municípios em 1996. O que de fato ocorre é uma forte concentração da terra em EA com mais de 2.000 mil ha, sobretudo em Nova Mutum, que absorve 86% da área total. O fato de estar mais próxima da capital e das vias de acesso tornava a área mais atrativa aos compradores de grandes áreas de terra para exploração agropecuária. Já em Sinop as unidades com mais de 2.000 mil ha ocupam apenas 18% da superfície, valor que chega a 45% em Lucas e 56% em Sorriso (Tabela 2). Em relação ao conjunto dos quatro municípios, 3% dos EA – com mais de 5 mil ha – controlavam 44% da área total, indicando forte concentração da terra, ainda que ela seja maior em Nova Mutum e menos intensa em Sinop.

Os EA, no conjunto das quatro localidades, ocupavam dois terços da superfície do município em 1996, sendo que o restante destinava-se a área urbana e, principalmente, propriedades sem exploração agropecuária, e que por isso não integram os dados dos Censos Agropecuários. Neste ano, conforme Tabela 1, Lucas do Rio Verde era quem já tinha convertido maior proporção do seu território em EA (83% do total), seguido por Nova Mutum (75%) e Sorriso (61%). Sinop, por sua vez, tinha mais da metade da sua superfície sem EA (43%), devido sobretudo a exploração extrativa da madeira nativa, que, por si só, não caracteriza exploração agropecuária.

⁶⁶Coy, Klingler e Kohlhepp, 2017

⁶⁷Fernández, 2007

⁶⁸IBGE, 2020

Município	Ano	Número de EA	Área total dos AE (ha)	Área média dos EA (ha)	% da área dos EA na área do mun.
Lucas do Rio Verde	1996	468	306.663	655	83,4%
	2006	322	257.413	799	70,0%
	2017	321	315.746	984	85,9%
	Var.	-31,4%	3,0%	50,1%	-
Nova Mutum	1996	252	715.628	2.840	75,1%
	2006	770	609.573	792	63,9%
	2017	661	766.160	1.159	80,4%
	Var.	162,3%	7,1%	-59,2%	-
Sinop	1996	666	167.837	252	42,6%
	2006	1322	268.494	203	68,1%
	2017	936	279.310	298	70,9%
	Var.	40,5%	66,4%	18,4%	-
Sorriso	1996	475	572.037	1.204	61,2%
	2006	994	776.395	781	83,1%
	2017	830	827.833	997	88,6%
	Var.	74,7%	44,7%	-17,2%	-
Quatro municípios	1996	1.861	1.762.165	945	66,5%
	2006	3.408	1.911.875	561	72,2%
	2017	2.748	2.189.049	797	82,6%
	Var.	47,7%	24,2%	-15,9%	-

Tabela 1. Número de estabelecimentos agropecuários (EA), área total (hectares), área média e cobertura dos EA na área total do município (1996 - 2017)

Fonte: Censos Agropecuários, diferentes anos (IBGE, 2020). Elaborado pelo autor.

De 1996 a 2006 houveram importantes transformações na região. No tema da posse da terra, foi de grande impacto a criação entre 1997 e 2003 de oito projetos de assentamentos (PA) nos municípios, sendo distribuídos 1.561 lotes em 96.500 hectares, com uma extensão média de 62 hectares por lote. Segundo Desconsi (2017), com base nos dados do INCRA, o PA Wesley M. dos Santos, estabelecido em 1997 em Sinop, foi o maior dentre os oito, com 647 lotes em 38.291 ha, cobrindo 10% da área do município. Os outros PA foram estabelecidos em Nova Mutum e Sorriso. No primeiro município foi criado, em 1998, o PA Pontal do Marape, com 358 lotes em 28.996 ha, além de outros três projetos menores, estabelecidos entre 2001 e 2003, com uma área de 3.829 ha distribuídas em 60 lotes. Em Sorriso, além do Projeto de Assentamento Casulo (Chão do Amanhã), criado em 1999 para 25 famílias em uma área de 80 ha, foram estabelecidos dois outros PA, de maior magnitude: Santa Rosa II, instalado em 1999 com 200 lotes em 18 mil ha; e Jonas Pinheiro, fundado em 2001 com 271 lotes em uma superfície de 7.305 ha.

Não há dúvida que a criação dos assentamentos alterou a situação fundiária nos municípios analisado. Em 2006 o número de EA nos quatro municípios cresceu em relação a 1996, chegando a 3.408, ou seja, um incremento de 1.547 unidades, sendo que esta ampliação ocorreu em Nova Mutum, Sorriso e Sinop, com o número próximo da quantidade de lotes distribuídos nos PA dos

municípios. Lucas, que não teve a criação de assentamento neste intervalo de tempo, presenciou uma redução de 31% no número de EA (Tabela 1).

Apesar dos assentamentos terem tido um papel fundamental nos números de 2006, deve-se reconhecer que também aconteceram três outros movimentos que modificaram a distribuição da terra, ainda que modo menos expressivo que a criação dos PA. O primeiro diz respeito a chegada de novos produtores, oriundos de outras regiões, que vem com boa condição financeira para investir nos municípios, já que o preço da terra não é mais aquele dos anos 1970 e 1980. O segundo movimento refere-se aos produtores já estabelecidos nas localidades que ampliam a sua área via compra de terra de vizinhos, aproveitando boas safras e alto preço dos produtos agropecuários. O terceiro refere-se a divisão dos EA entre familiares, dado que alguns lotes dos projetos de colonização começam a ser fragmentada entre herdeiros.

Em termos da distribuição da terra, cresceu o número de EA com menos de 100 ha, que eram 563 em 1996 e saltaram para 2.177 em 2006 (aumento de 287%, contra 66% em nível estadual). E a participação deste estrato sobre o número total de explorações também foi ampliado nos quatro municípios, com destaque a Nova Mutum, pois em 2006 eram 65% dos EA, contra 9% em 1996. Apesar desse movimento, este grupo continua representando pouco da área total: menos de 3% no conjunto dos quatro municípios. Somente em Sinop há um peso maior, pois ali responde por 13% da superfície total (Tabela 2).

Portanto, pode-se dizer que a constituição dos assentamentos na região, apesar de ampliar a presença de EA com menores área, não paralisou ou, muito menos, inibiu a concentração fundiária. Com exceção de Nova Mutum, que tinha um nível de concentração altíssimo em 1996, o peso dos EA com mais de mil ha cresceu: em Lucas passou de 62% para 76% da área total, em Sinop saltou de 43% para 61% e em Sorriso aumentou de 80% para 83% (Tabela 2). Vale destacar que a concentração da terra não se limita aos quatro municípios em destaque, sendo uma característica presente nos dados em nível de Mato Grosso, como apontam Girardi (2016) e Wesz Jr. (2017).

Entre 2006 a 2017 a soja seguiu ganhando extensão nos municípios e reforçou seu posto de principal cultivo, como será visto adiante. Entretanto, o cultivo passou por uma forte crise entre 2004 e 2007, e no último Censo é possível perceber de maneira mais nítida os seus efeitos na área rural dos locais pesquisados. Com a crise, marcada pela queda do preço do grão, ferrugem asiática, variabilidade climática, aumento do custo de produção, defasagem cambial e tensões ambientais, houve o endividamento de muitos produtores, principalmente entre aqueles com menores ativos fundiários e aqueles com uma ineficiente gestão da atividade. Já os produtores mais capitalizados e menos afetado pela crise compraram a área desse que tiveram graves problemas financeiros⁶⁹.

⁶⁹Wesz Jr., 2014

Município	Grupos de área total	Número de EA			Área total dos E		
		1996	2006	2017	1996	2006	2017
Lucas do Rio Verde	< 10 há	10%	21%	15%	0%	0%	0%
	> 10 ha < 100 ha	11%	16%	12%	1%	1%	0%
	> 100 ha < 1.000 ha	68%	42%	48%	38%	23%	21%
	> 1.000 ha < 2.500 ha*	8%	15%	17%	16%	28%	25%
	> 2.500 ha*	4%	5%	8%	45%	48%	54%
	Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Nova Mutum	< 10 há	0%	8%	12%	0%	0%	0%
	> 10 ha < 100 ha	9%	57%	36%	0%	3%	1%
	> 100 ha < 1.000 ha	50%	20%	29%	7%	11%	10%
	> 1.000 ha < 2.500 ha*	13%	8%	11%	7%	15%	15%
	> 2.500 ha*	28%	7%	12%	86%	71%	73%
	Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Sinop	< 10 há	4%	36%	25%	0%	0%	0%
	> 10 ha < 100 ha	53%	44%	48%	7%	12%	9%
	> 100 ha < 1.000 ha	36%	15%	19%	50%	27%	22%
	> 1.000 ha < 2.500 ha*	4%	3%	5%	26%	25%	25%
	> 2.500 ha*	2%	2%	3%	18%	35%	43%
	Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Sorriso	< 10 há	2%	13%	15%	0%	0%	0%
	> 10 ha < 100 ha	11%	37%	34%	0%	1%	1%
	> 100 ha < 1.000 ha	48%	28%	23%	20%	15%	11%
	> 1.000 ha < 2.500 ha*	21%	13%	16%	24%	27%	24%
	> 2.500 ha*	17%	9%	13%	56%	56%	63%
	Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Quatro municípios	< 10 há	4%	21%	17%	0%	0%	0%
	> 10 ha < 100 ha	26%	42%	37%	1%	3%	2%
	> 100 ha < 1.000 ha	49%	22%	26%	21%	17%	14%
	> 1.000 ha < 2.500 ha*	11%	8%	11%	16%	23%	21%
	> 2.500 ha*	10%	5%	8%	62%	57%	63%
	Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Tabela 2. Distribuição dos estabelecimentos agropecuários (EA) e da área total por estrato de área total (1996 – 2017)

* Para 1996, refere-se a 2.000 ha, enquanto em 2006 e 2017 diz respeito a 2.500 ha. Isso ocorre porque, nos diferentes Censos Agropecuários, são usados tamanhos diferentes de grupos de área total.

Fonte: Censos Agropecuários, diferentes anos (IBGE, 2020). Elaborado pelo autor.

Depois de 2007, predominaram anos de “vacas gordas” para os sojicultores, como comentam localmente, marcado pelo aumento do preço do grão (acima das médias históricas, e muitas vezes com apoio do câmbio desvalorizado), demanda aquecida (sobretudo chinesa), condições climáticas adequadas, renegociação das dívidas dos produtores, crescimento dos recursos disponibilizados pelo crédito rural público e privado, avanço tecnológico e fortalecimento das

entidades de representação do setor⁷⁰. Neste período, os produtores que seguiram na atividade, se capitalizaram em função da rentabilidade obtida com a soja⁷¹ e a opção para muitos foi adicionar novas extensões de terra, comprando áreas de produtores menores que cultivavam soja⁷² ou de quem detinha outras atividades, principalmente a pecuária. A flexibilização do código florestal⁷³ e o desenvolvimento de novas tecnologias permitiu que áreas até então consideradas de baixa aptidão agrícola ou tidas como de preservação se tornassem objeto de interesse dos produtores de soja.

Portanto, a concentração da terra seguiu avançando ao mesmo tempo em que não foram realizados novos assentamentos da reforma agrária. O que de fato ocorreu, foi a venda do direito de posse do lote do assentamento para terceiro, assim como o arrendamento para outros produtores, seja do próprio assentamento ou de fora, principalmente para o cultivo de soja-milho⁷⁴. E a valorização do preço da terra, como veremos adiante, estimula produtores menores, que tem dificuldade de seguir a lógica produtiva regional na área que dispõe, a vender suas terras e buscar novas (e mais baratas) áreas em regiões de abertura da fronteira agrícola, como destacado por Barrozo (2008), Fernández (2007) e Furtado (2009).

⁷⁰Wesz Jr., 2014

⁷¹Dalfovo et al, 2014; Guzatti e Franco, 2015

⁷²Uma das características do cultivo de soja é a elevada – e crescente – dependência de produtos externos à unidade de produção, como sementes transgênicas (cada vez mais específicas para atender contextos particulares), fertilizantes sintéticos (produzidos com novas matérias-primas e formulações) e agroquímicos (uma enorme variedade de fungicidas, herbicidas e inseticidas), além do uso de modernas máquinas e equipamentos, como tratores, semeadeiras, pulverizadores e colheitadeiras. Assim, o produtor está exposto à volatilidade do preço internacional da soja e ao clima, que tem reflexo direto no rendimento por área. O fato de ser um cultivo com baixa diferenciação, é fundamental o ganho de escala, a otimização da tecnologia e a negociação de grandes volumes para ampliar a margem do produtor, o que deixa os produtores que cultivam pequenas áreas mais expostos aos riscos do cultivo Wesz Jr., 2020. Estas características reforçam a produção em grandes superfícies, o que vem ocorrendo nos quatro municípios analisados, como mostram os dados dos Censos Agropecuários: os EA com mais de mil hectares eram responsáveis por 62% da área colhida com soja em 1995, enquanto que em 2017 esse valor soltou para 85% do total, enquanto a participação das unidades com menos de 500 ha cai de 16% para 5% no mesmo período IBGE, 2020.

⁷³A flexibilização do novo Código Florestal (Lei 12.651 de 25 de maio de 2012) se expressa, sobretudo, na anulação das penalidades aos produtores que desmataram Reserva Legal, Áreas de Preservação Permanente e de uso restrito antes de 22 de julho de 2008. Além disso, propriedades de até 4 módulos fiscais (400 ha em Lucas e Nova Mutum; 360 em Sorriso e Sinop), que tiveram toda sua área desmatada até a data acima colocada, ficam isentas de reserva legal. Kato et al. (2019) identificaram alguns produtores no Oeste do Pará que desmembraram a sua propriedade em duas, sendo que o imóvel destinado à produção, desmatado até 2008 e inferior à 4 módulos, segue no seu nome sem a recomposição de reserva legal (100% lavoura). Já o outro imóvel, coberto completamente por vegetação nativa, é colocado no nome de um terceiro (geralmente algum familiar próximo), o que permite na Amazônia Legal desmatar 20% da área de floresta e 65% do cerrado, sem descumprir a lei vigente (algo que não era permitido no Código Florestal anterior).

⁷⁴Desconsi, 2011

Os efeitos desse conjunto de elementos podem ser percebidos no Censo Agropecuário de 2017, em que se vê uma queda de 20% nos EA em relação a 2006 nos quatro municípios. Essa redução é mais intensa em Sinop (que, de cada três estabelecimentos, permaneceram dois), seguido por Sorriso e Nova Mutum (-15%), enquanto em Lucas do Rio Verde o número de explorações seguiu estável. Em nível de Mato Grosso, houve crescimento de 5%. Em paralelo, a área total foi ampliada em 15% nos municípios em análise, fazendo com que a área média passasse de 561 para 797 hectares. Nova Mutum segue sendo o município com maior extensão média em 2017 (1.159), enquanto em Sorriso e Lucas o valor se aproxima de mil hectares. Sinop segue sendo o município com menor área média (próximo dos 300 ha), mas com um valor muito acima de 2006 (cerca de 200 ha) (Tabela 1).

Os dados do Censo confirmam que a concentração da terra cresceu entre 2006 e 2017 nos quatro municípios, ampliando a área dos EA com mais de 2.500 hectares, enquanto que as unidades com menos de 100 ha perdem peso. Nova Mutum é o local com maior concentração (três quartos da terra está em EA com mais de 2.500 ha), enquanto nos outros municípios a participação deste estrato é menor, mas cresceu nesta década: em Sinop passou de 35% para 43% da área, em Sorriso foi de 56% para 63% e em Lucas variou de 48% para 54% (Tabela 2). E em 2017 mais de quatro quintos da superfície dos municípios passa a ter EA (Tabela 1), em meio a redução das áreas sem exploração agropecuária e a expansão dos limites urbanos das quatro cidades.

Em suma, nos 20 anos analisados, se percebe um crescimento no número de EA (sobretudo entre 1996 e 2006) e na área total, que alcança 83% da superfície dos quatro municípios (frente a 67% em 1996). Em termos de concentração da terra, houve um aumento expressivo da área dos EA com mais de 2.500 ha em Lucas, Sorriso e Sinop, enquanto que em Nova Mutum teve uma pequena retração, mas ainda segue sendo o município com maior concentração (73% da área total é controlada por EA com mais de 2.500 ha). Já Sinop é o local onde mais cresceu a superfície deste estrato, passando de 18% para 43% entre 1996 e 2017. Caso o recorte fosse os EA com mais de mil hectares, a sua participação na área total nas quatro localidades passou de 78% em 1996 para 80% em 2006 e para 84% em 2017.

O índice de Gini, que calcula o grau de desigualdade de uma variável (quanto mais próximo de um, mais desigual, quanto mais próximo de zero, menos desigual), indica que nos quatro municípios existe uma concentração da terra que varia de forte a muito forte⁷⁵, pois seus valores ficam entre 0,701 a 0,900 em 2017: 0,82 em Nova Mutum e Sinop, 0,75 em Sorriso e 0,72 em Lucas do Rio Verde⁷⁶. Como apontam Coy, Klingler e Kohlhepp⁷⁷. “no decorrer dos últimos anos as fazendas aumentaram consideravelmente pela expansão do agrobusiness e por compras e arrendamentos. Assim restou pouco do passado rural original do projeto de colonização.”

⁷⁵Alcantara Filho e Fontes, 2009

⁷⁶ IBGE, 2020

⁷⁷Coy, Klingler e Kohlhepp .2017: 27

Condição dos produtores e da terra (1996 – 2017)

No início da colonização dos municípios apareceram diferentes condições de produtores: proprietários (que detinham o título de propriedade da terra, ainda que nem sempre fosse um documento juridicamente legal), arrendatários (produtores que, mediante remuneração, alugavam a terra de terceiro), posseiros (que ocupavam determinada área e não detinham o título de propriedade da terra, ainda que muitas vezes contavam com o direito de posse ao comprar as terras), parceiros (produtores sem-terra gaúchos que foram instalados pelo INCRA em Lucas do Rio Verde) e assentados (produtores alocados pela Cooperlucas, no âmbito do Prodecer, e após 1995 eram considerados os produtores instalados em assentamentos da reforma agrária).

No Censo Agropecuário de 1996, nos quatro municípios, predominavam os proprietários rurais (91% do total). Embora muitos produtores tivessem se estabelecido em outras condições, para eles era uma demanda central a titulação das áreas, assim como o Estado estava interessado na regularização das terras, o que, muitas vezes, agilizou o processo e muitos produtores conseguiram seus títulos de propriedade, tornando-se a categoria mais significativa no território analisado. Como coloca Moreno (2007), quando os primeiros agricultores chegavam intermediados pelos programas de colonização, o título de propriedade geralmente tardava em ser obtido e eles eram classificados de outras maneiras, como ocupantes. No Norte do Mato Grosso, por exemplo, praticamente um quarto dos produtores se enquadravam como ocupantes no Censo Agropecuário de 1980⁷⁸. Em 1996, depois dos proprietários, os arrendatários eram a segunda categoria mais presente nos municípios em análise, ainda que sem alcançar em nenhum local mais de 7% dos produtores (Figura 3).

Em 2006 passa a existir no Censo a categoria “assentado sem titulação definitiva”, dedicada àqueles produtores que foram beneficiados por uma área em um assentamento da reforma agrária, mas que ainda não foram beneficiados pelo título da terra. Ainda que os proprietários sigam sendo o grupo numericamente mais expressivo (7 de cada 10 produtores no conjunto dos quatro municípios), ganha peso os produtores assentados sem titulação, sobretudo em Nova Mutum (29% do total), Sinop (25%) e Sorriso (15%), reflexo dos oito PA criando nessas localidades entre 1997 e 2003, como comentado no item anterior.

⁷⁸IBGE, 2020

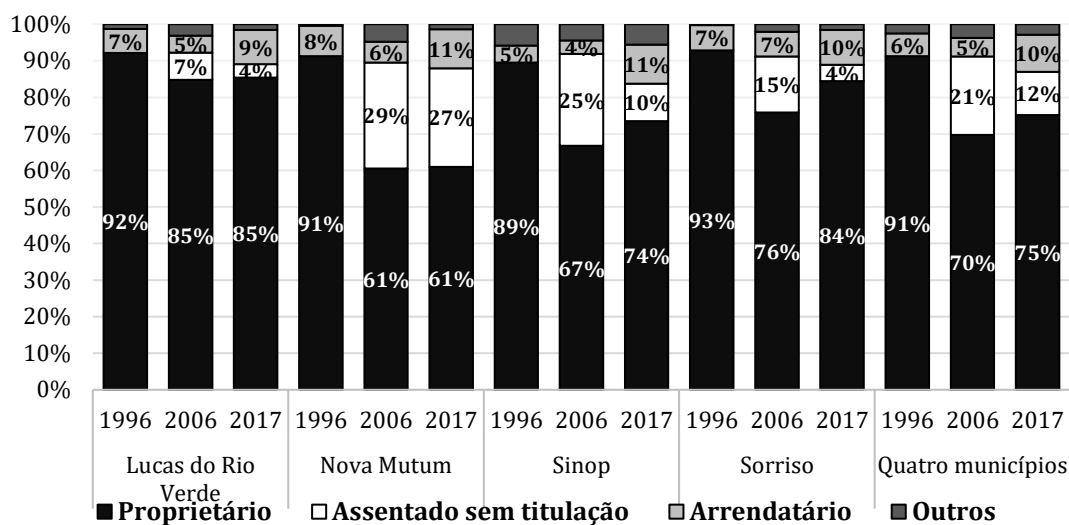


Figura 3 – Condição do produtor nos municípios analisados (1996 - 2017)

Fonte: Censos Agropecuários, diferentes anos (IBGE, 2020). Elaborado pelo autor.

Em 2017 tem uma redução dos assentados sem titulação definitiva em Sinop (10% do total) e Sorriso (4%), fruto principalmente das iniciativas governamentais para acelerar o processo de consolidação dos assentamentos, o que permite a titulação dos lotes, e por isso já constam na categoria “proprietário”. Como destacado por Sauer e Leite (2017), diferentes instrumentos foram colocados em marcha para acelerar e facilitar a titulação dos lotes da reforma agrária, buscando dar celeridade aos processos de privatização de terras públicas. Em nível nacional, abre-se

"a possibilidade concreta de inserir massivamente no mercado de terras 6.106 dos projetos de assentamento criados pelos programas de reforma agrária (79% do total criado após 1985, totalizando mais de 37 milhões de hectares). Isto significa, na prática, colocar um imenso estoque de terras à disposição do mercado, pois retira a assistência governamental e reduz os prazos de alienação dos lotes, abrindo o 'balcão de negócios'"⁷⁹.

Em função destas iniciativas do Estado, sobretudo nos últimos 5 anos, a titulação dos lotes da reforma agrária - independente do grau de estruturação em que estejam e das condições reais de seus beneficiários em conseguir levar adiante a produção agropecuária - pode implicar em uma reconcentração das terras nessas áreas. Entre os assentados que já arrendam suas áreas para terceiros plantarem soja e que estão distantes do acesso à serviços básicos, a titulação definitiva, que por si só amplia o valor da terra pela segurança jurídica, pode representar um chamariz para a venda da área.

Apesar dos proprietários serem três de cada quatro produtores nos municípios em destaque, cresceu a participação dos produtores arrendatários, alcançando 10% do total. O arrendamento tem como principal destino o cultivo de soja – milho, que, como falado acima, dependem de altos investimentos e de escala de produção, o que desestimula os produtores menores e com pouco capital (como assentados da reforma agrária e pequenos produtores, além de trabalhadores urbanos que dispõem de terras) a arrendarem para terceiros. Já os produtores

⁷⁹Sauer e Leite, 2017: 25

mais estruturados têm interesse em ampliar a sua superfície de cultivo, para obter maior retorno financeiro por área ao otimizar suas máquinas e ampliar o volume de compra de insumos e venda da produção, pois oportuniza melhores preços. Entre os arrendatários há proprietários de grandes áreas, que preferem não assumir o risco da produção agropecuária, assim como também estão os produtores que se endividaram no passado e atualmente não dispõe de crédito público ou privado para custear a produção, restando como última opção o arrendo ou a venda. A opção do arrendo é atrativa porque, em geral, proporciona uma renda fixa e sem risco⁸⁰.

Em relação a condição legal das terras, nos quatro municípios analisados as áreas próprias são majoritárias, mas vem perdendo peso para o arrendamento, que ocupava 7% da superfície em 1996 e passou a representar 21% em 2017 (Figura 4). Trata-se de um valor acima da média estadual, que no último Censo alcançou 11%. Sinop é o município em que o arrendo tem maior participação, representando 30% da superfície dos EA, enquanto em Lucas é menos relevante (14% da área).

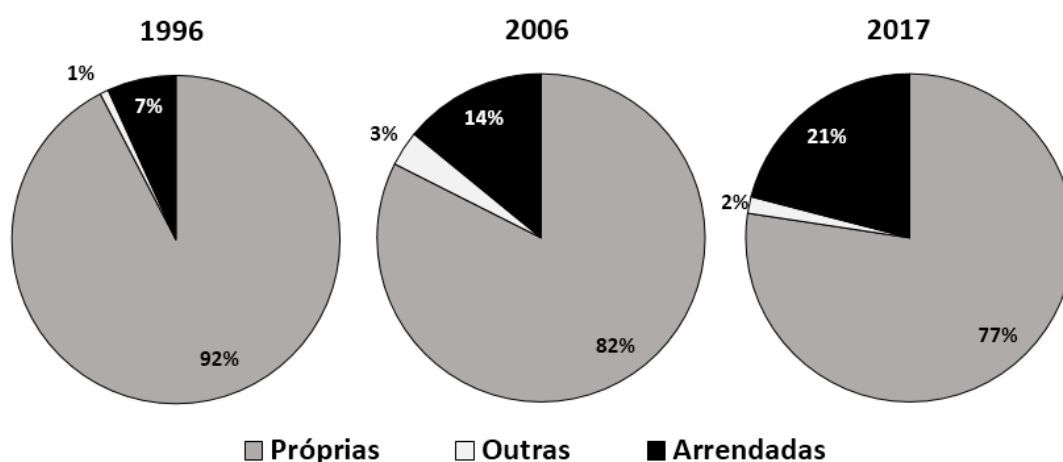


Figura 4. Condição legal das terras nos municípios de Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop (1996 - 2017)

Fonte: Censos Agropecuários, diferentes anos (IBGE, 2020). Elaborado pelo autor.

Uso do solo e atividades agropecuárias (1996 – 2019)

A cobertura e o uso do solo nos quatro municípios é marcado pela gradual redução das áreas de vegetação nativa (Figura 5). Até 2005 esta vegetação seguiu reduzindo anualmente, chegando a 40% da área total, frente a 79% em 1985. Nos anos seguintes, apesar de apresentar um quadro mais estável, reduziu a 36% da superfície em 2019, menor valor da série histórica⁸¹. Contribuiu para essa maior estabilização na superfície de floresta a aproximação dos 35% que devem ser preservados nas áreas de cerrado na Amazônia Legal, que inclui todo o Mato Grosso. Além disso, em 2006 é implementada a “Moratória da Soja”, em que as grandes empresas processadoras e exportadoras deixam de comprar o produto vindo de novas áreas desmatadas da floresta

⁸⁰Wesz Jr., 2014

⁸¹Mapbiomas, 2020

amazônica e os bancos públicos não financiam os sojicultores com esse histórico⁸². Essa iniciativa afetou principalmente Sinop, que está integralmente no bioma amazônico, enquanto em Sorriso, Lucas e Nova Mutum a maior parte dos seus territórios classifica-se como cerrado (Figura 1).

A pecuária tem perdido espaço desde 1999, quando respondia por 12% da área e chega a apenas 5% em 2019. Sinop é o município em que há maior presença, com 14% da superfície, enquanto Nova Mutum tem 8% da sua área destinada à atividade. Já Lucas do Rio Verde e Sorriso destinavam apenas 3% do seu território a pecuária⁸³. O rebanho bovino, segundo a PPM/IBGE, também perdeu espaço. Depois do seu pico em 1997, quando chegou a 400 mil cabeças, houve uma redução e, nos últimos anos, tem se mantido entre 200 e 250 mil unidades. Nova Mutum é o município com maior rebanho, com mais de 40% do total dos quatro municípios, localizado principalmente nas áreas acidentadas⁸⁴.

O que de fato ganhou expressão foi a agricultura, frente da redução da vegetação nativa e também da pecuária (Figura 5). Em 1985 a atividade absorvia apenas 16% da superfície da área em estudo, subiu para 28% em 1995, depois alcançou metade da área total em 2005 e, em 2019, absorve 56%. E, segundo o Mapbiomas (2020), 94% da superfície com lavoura é destinada ao cultivo da soja em 2019. Entre os quatro municípios a agricultura é mais expressiva em Sorriso e Lucas do Rio Verde, visto que dois terços do território são ocupados com a atividade agrícola.

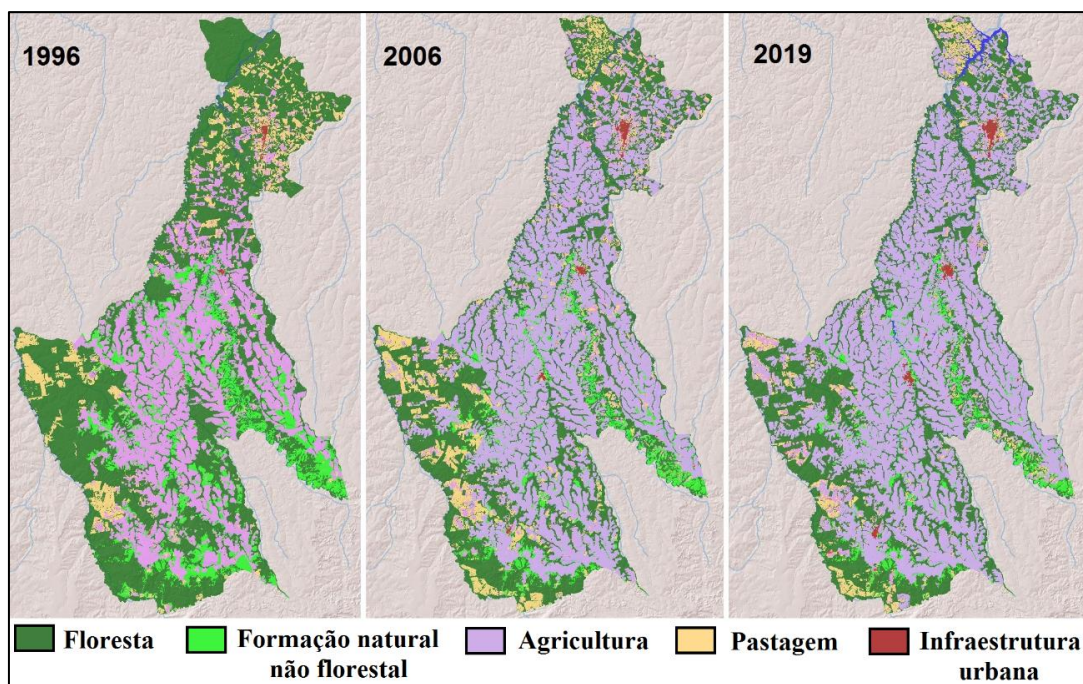


Figura 5. Uso do solo nos municípios de Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop (1996, 2006 e 2019)

Fonte: Mapbiomas (2020). Elaborado pelo autor.

⁸²Cardoso, 2008

⁸³Mapbiomas, 2020

⁸⁴IBGE, 2020

Entre os quatro municípios, Sorriso, considerado a “capital do agronegócio”, é onde as transformações foram mais intensas entre 1985 e 2018, visto que a 80% do solo era coberto com floresta em 1985 e, em 2019, este valor está em 30%⁸⁵. Conforme Giaretta et al. (2019), que analisaram o avanço da atividade agropecuária sobre áreas de vegetação natural entre 1985 e 2015, foram desmatados 353.485 ha em 30 anos, correspondente a 38% de vegetação natural no município de Sorriso. A maior intensidade ocorreu no período de 1991 a 1995, quando foram suprimidos 128.880 hectares de vegetação natural. “Os atuais 24,97% de área de vegetação nativa do Município não atendem sequer o estabelecido pela legislação ambiental atual”⁸⁶.

O Censo Agropecuário também traz dados sobre a utilização das terras. Mas, em vez de usar imagens de satélite que cobrem toda a área do município, como o Mapbiomas, ele traz dados específicos dos EA (Figura 6). Apesar desta diferença, os dados vão na mesma direção, pois no Censo aparece de maneira clara a redução das áreas de matas nativas (cai de 42% para 29% entre 1996 e 2017) e nas pastagens (de 23% para 7%), além das terras inapropriadas e degradadas (de 6% para 1%), indicando uma ampliação da agropecuária em áreas até então consideradas inapropriadas. Por outro lado, as lavouras temporárias crescem a passos largos, saindo de 29% em 1995 e alcançando 62% em 2017. Em Sorriso e Lucas, de cada dez hectares dos EA, sete estão ocupadas com lavouras temporárias.

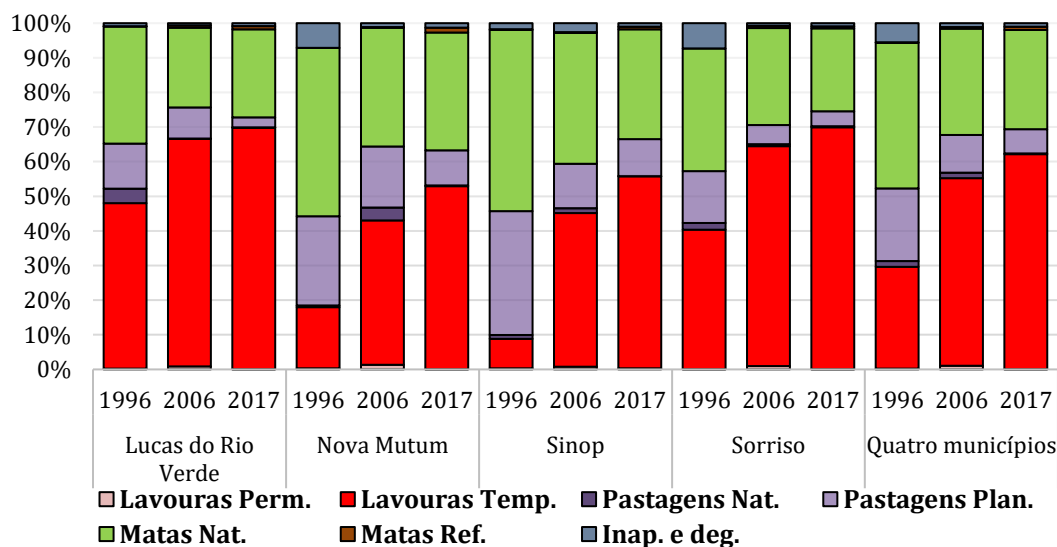


Figura 6. Uso das terras nos EA nos municípios analisados (1996 – 2017)

Fonte: Censos Agropecuários, diferentes anos (IBGE, 2020). Elaborado pelo autor.

Entre as lavouras temporárias, a soja consolida seu protagonismo. Para se ter uma ideia dessa centralidade e da dependência que os quatro municípios têm no grão, 97% das lavouras temporárias eram cultivadas com soja no verão de 2017, contra 70% em 2006. Sinop, que dedicava 38% das suas lavouras a oleaginosa em 1996, chega em 2017 com 95%, sendo o local com maior expansão no intervalo dos três Censos. Conforme Coy e Klingler⁸⁷, neste município

⁸⁵IMapbiomas, 2020

⁸⁶Giaretta et al., 2019:11

⁸⁷Coy e Klingler 2014: 14

“as condições de mercado favoráveis ao ‘complexo soja-milho’ causam uma substituição progressiva da pecuária, isto é, de pastagens para lavoura modernizada e globalizada.”

A área com soja nos quatro municípios passou de 363 mil para 1,4 milhão de hectares entre 1996 e 2019, sendo que 43% está em Sorriso. Para além da soja, outras novidades precisam ser evidenciadas: o milho se consolida como atividade de rotação com a soja (cresceu de 80 mil para 1 milhão de ha entre 1996 e 2019); o arroz perde espaço ao longo das safras (alcançou 155 mil ha em 1999 e, nos últimos anos, seu valor está próximo das 10 mil ha); o algodão se torna um cultivo relevante de 1998 em diante (obteve área recorde de 122 mil ha em 2019 nos quatro municípios)⁸⁸.

Dada a elevada produção de soja e milho na região, formam-se ali cadeias produtivas em avançado estágio de integração, em que a produção de grãos se conecta com os frigoríficos e produtores de carnes processadas para consumo interno e exportação⁸⁹. Isso, obviamente, tem efeito direto na criação de suínos e frangos na região, que cresceu de maneira intensa, sobretudo em Nova Mutum e Sorriso, sendo os municípios escolhido para a instalação de importantes agroindústrias de processamento de carne⁹⁰. O número de aves saltou de 233 mil para 32 milhões entre 1995 e 2018 (aumento de 13.670%), enquanto os suínos passaram de 66 mil para 795 mil cabeças no mesmo período (ampliação de 1.110%)⁹¹.

Preço da terra (2002 – 2019)

Os dados da FNP permitem compreender a oscilação no preço das terras a partir de 2002, quando inicia a série histórica. Na área dos quatro municípios, há o valor para três categorias: i) terra agrícola de soja/algodão localizadas em Sorriso, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum; ii) terra agrícola arroz/soja em Sinop e Tapurah; iii) pastagem formada em Nova Mutum. Além disso, também incluímos valores de municípios vizinhos com outras especificações, para ampliar a análise: iv) terra agrícola soja/algodão em Diamantino e Nova Ubitatã; v) cerrado agrícola em Nova Ubitatã e vi) área de mata em Feliz Natal e Tapurah (Figura 7).

Os dados evidenciam três grandes questões sobre o preço da terra. A primeira refere-se ao processo de valorização das áreas ao longo dos anos. No início da série (2002 – 2004), houve um forte crescimento no preço das terras agrícolas de Sorriso, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum, que passou de R\$ 3.000,00 para R\$ 9.178,00 a hectare, derivado principalmente do aumento do valor da soja, que subiu mais de 150% nesse período⁹². Com a queda do preço do grão, o valor dessas mesmas terras caiu para R\$ 5.676,00/ha em 2007. Como colocado por Sauer e Leite⁹³, “o

⁸⁸IBGE, 2020

⁸⁹Bernardes, 2005

⁹⁰Sant’Ana, 2010; Vieira, 2018

⁹¹IBGE, 2020

⁹²CEPEA, 2020

⁹³Sauer e Leite, 2012:519

meio-norte mato-grossense, objeto de forte expansão da área cultivada com grãos, dado o atrelamento dos preços dos imóveis ao comportamento do mercado internacional de *commodities* (especialmente a soja), é evidente o refluxo observado no interregno 2004-2007, após fortíssima elevação”.

Depois de certa estabilidade no preço da terra, em 2010 inicia-se um novo processo de valorização, alcançando patamares até então nunca vistos. De 2010 a 2015, o preço da área para grão em Sorriso, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum saltou de R\$ 7.400,00 para R\$ 22.000,00, ou seja, praticamente uma valorização de 200% em cinco anos (40% ao ano). Nos anos seguintes segue aumentando o valor do hectare, mas de maneira mais comedida, alcançando R\$ 25.667 em 2019. Esta valorização também aconteceu em áreas com outras atividades, como as terras de pastagem em Nova Mutum, cujo valor passou de R\$ 3.167,00 para R\$ 9.000,00 entre 2010 e 2015 (expansão de 184%)⁹⁴.

As razões desta valorização estão calcadas novamente no aumento do preço das *commodities* agrícolas, com destaque a soja, que estava em R\$ 33,00 a saca em 2010 e, até 2015, ultrapassou a linha dos R\$ 80,00 pela primeira vez⁹⁵. Com isso, seja as áreas já abertas e em cultivo, seja as áreas que podem ser convertidas à produção agropecuária, sofreram alta valorização. A questão é que, quando a soja perde valor, o preço da terra não acompanha esse movimento, ao contrário de 2002-2004. Uma razão para o valor seguir elevado é o avanço da estrutura logística via Arco Norte, o que reduz o frete do transporte de grãos (tido como a maior problema da produção agropecuária na região) e amplia a margem de rentabilidade do produtor. Outro elemento que ajudou no crescimento do preço da terra, sobretudo entre 2010 e 2015, foi o aumento do interesse de capitais estrangeiros, sejam eles agrários ou financeiros, pela compra de terras no Brasil, interferindo, ainda que de maneira indireta, no aumento dos preços dos imóveis rurais⁹⁶. Como comentam Sauer e Leite⁹⁷, é evidente “que a expansão das atividades do agronegócio nas fronteiras agrícolas, associadas ao incremento de investimentos estrangeiros, tiveram como resultado um forte processo de valorização dos preços das terras”.

A segunda questão que pode ser extraída dos dados da FNP, que se conecta com os comentários acima, é a disparidade de valores conforme o uso do solo. Na Figura 7 é clara a diferença de preço entre áreas agrícolas e áreas com pastagem, e ainda maior a diferença quando se tratam de superfícies com vegetação natural, como cerrado ou floresta amazônica. Por exemplo, o valor do “cerrado agrícola”, de Nova Ubiratã”, município que está ao lado de Sorriso, é 4,5 vezes menor que as terras com cultivo de grãos em Sorriso e 3,5 vezes menor que a terra agrícola do mesmo município. Já a diferença entre área de mata e de produção agrícola (arroz/soja) é ainda maior. Em Tapurah, município limítrofe de Nova Mutum, Lucas e Sorriso, a diferença no preço chega a 11 vezes⁹⁸. As terras com vegetação são mais baratas porque, além do custo do desmatamento,

⁹⁴FNP, 2020

⁹⁵CEPEA, 2020

⁹⁶Flexor e Leite, 2018

⁹⁷Sauer e Leite, 2012: 519

⁹⁸FNP, 2020

da catação de raiz e do preparo do solo⁹⁹, atualmente não podem ser completamente usadas para produção, pois precisa manter parte preservada. O cerrado é mais valorizado que as áreas de floresta porque, além geralmente serem mais produtivas para a soja, elas tem menor custo de abertura da área e maior percentual que pode ser desmatado (35% frente a 20% na floresta amazônica).

Em Nova Mutum as áreas com grãos custam 2,6 vezes menos que aquelas com pastagem. Se por um lado é onde a transformação em área agrícola é mais simples e barata, por outro, nos quatro municípios analisados são áreas “quebradas”, ou seja, possuem relevo acidentado de difícil mecanização, e por isso não foram transformadas em área de cultivo de grão. O fato de praticamente não haver novas terras nesses municípios para produção de soja (e aquelas que já estão em plena produção tem alto valor), estimula que os produtores comprem áreas ainda sem cultivo, preferencialmente planas, em municípios mais afastados. Apesar de serem áreas mais baratas, foram as áreas que mais se valorizaram na região entre 2002 e 2019, como as terras de cerrado com solo arenoso (1.844%) e de pastagem de Paranatinga (1.329%)¹⁰⁰. Portanto, a maior valorização está nas áreas menos nobres e mais afastadas, que se tornam objeto de maior interesse dado o elevado preço das áreas melhor localizadas e mais produtivas.

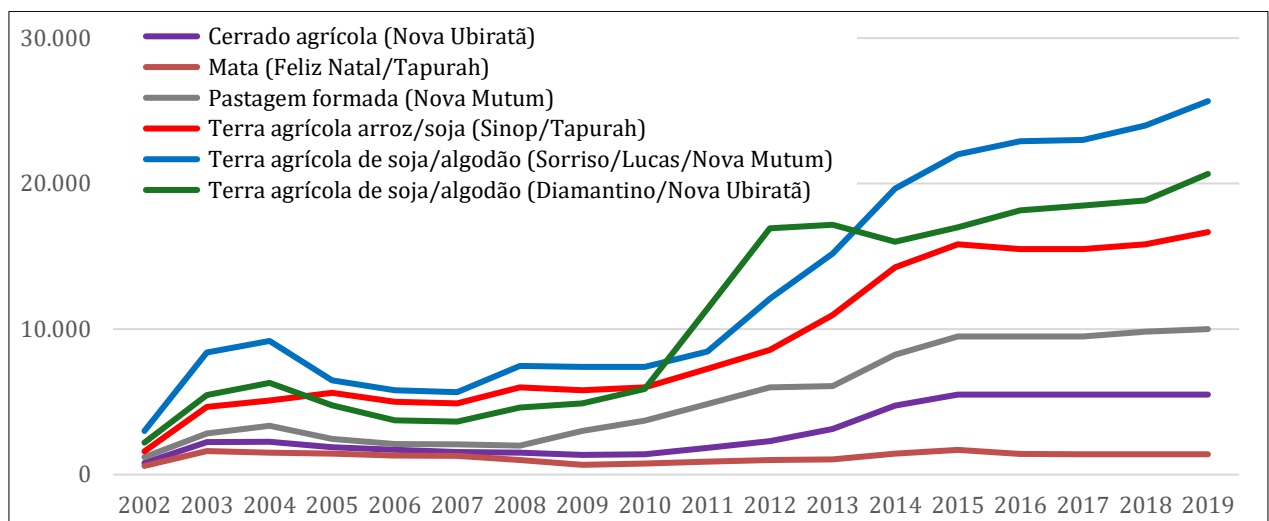


Figura 7. Variação nos preços das terras (R\$/ha) de 2002 a 2019 em valores correntes

Fonte: FNP (2020). Elaborado pelo autor.

A terceira questão que os dados da FNP permitem averiguar é a disparidade de valores conforme a localização da terra. Por exemplo, área de grãos, como pouca diferença de produtividade, tem significativa variação no valor em 2019: em Lucas do Rio Verde, que produz 58 sacas de soja/ha, o preço da terra está em R\$ 25.833,00; em Sinop, com rendimento de 55 sacas de soja/ha, o valor já cai para R\$ 16.667,00; em Tapurah, com produtividade de 52 sacas de soja/ha, o preço da terra está em R\$ 19.333,00. Isso também ocorre com a pastagem, pois o hectares com a mesma capacidade (1,5 unidade animal por ha), tem preços muito diferentes em 2019: R\$ 5.000,00 em

⁹⁹Fernández, 2007

¹⁰⁰FNP, 2020

Feliz Natal e Paranatinga, R\$ 6.000,00 em Gaúcha do Norte e R\$ 9.000,00 em Nova Mutum¹⁰¹. Portanto, mesmo quando há pouca variação na produtividade, tem-se significativa diferença no preço da terra, que muitas vezes está vinculado a localização. Estar perto de uma via importante de escoamento da produção (como a BR-163), de um silo, agroindústria ou frigorífico valoriza a área, pois amplia a margem do produtor pelo menor custo do transporte.

Entre os seis tipos de terras expostos na Figura 7, a terra agrícola em Sinop foi a que mais se valorizou entre 2002 e 2019 (942% no período e 52% ao ano). Muito provavelmente a finalização do asfaltamento da BR-163, consolidando o escoamento das safras pelo Norte do país, bem como os avanços na proposta de implementação da Ferrogrão (que ligaria Sinop a Itaituba) foram elementos importantes nesta valorização. Na região estudada a FNP não diferencia áreas mais próximas ou distantes da BR-163, mas anteriormente fazia essa diferença para as áreas de Santarém, no Pará, e o preço da área em 2010 dobrava conforme se aproximava da rodovia¹⁰².

O INCRA (2019), que também tem realizado pesquisa sobre o preço da terra no país, aponta que na região estudada encontrou-se “o maior preço médio de terras no Estado – VTI (R\$ 25.004,18/ha) e para o 2º nível categórico agricultura – alto rendimento, VTI médio de R\$ 30.228,04/ha, podendo chegar a R\$ 34.762,24/há”¹⁰³. E complementa que o preço da soja “estava em alta na região, o que caracteriza um aumento no preço das terras, pois ela é considerada um indexador para esse tipo de negociação nesses municípios”¹⁰⁴. Dito isso, pode-se esperar que em 2020, quando o preço da soja alcançou seu maior pico da história, superando os R\$ 165 a saca¹⁰⁵, o preço das terras sigam apresentando crescimento. Além disso, os avanços nas negociações da Ferrogrão contribuirão para isso.

Considerações finais

Neste artigo, em que analisamos uma das principais regiões agrícolas do Brasil, foi possível compreender a velocidade e a intensidade das transformações fundiárias nas últimas décadas. De uma área habitada predominantemente por indígenas, pequenos agricultores posseiros, garimpeiros e seringueiros, que viviam basicamente do extrativismo e do cultivo de subsistência, a região passa por uma mudança substantiva no início da segunda metade do século XX com o estabelecimento de grandes projetos agropecuários, em que o Estado começa, por meio de incentivos fiscais, atrair para a região empresários do sudeste do país e do exterior. O fluxo demográfico se intensifica na região com a criação de diferentes projetos de colonização (espontâneo e dirigido), em que um grande número de colonos do sul do país se estabelece no meio norte de Mato Grosso. Um dos primeiros efeitos desses movimentos foi a apropriação de

¹⁰¹FNP, 2020

¹⁰²FNP, 2020

¹⁰³INCRA 2019: 12

¹⁰⁴INCRA 2019: 12

¹⁰⁵CEPEA, 2020

terras baratas, por meios legais e ilegais, que alterou de maneira abrupta a dinâmica agrária regional.

E, nas últimas décadas, a expansão da soja e o estabelecimento de canais logísticos que cruzam os municípios estudados (sobretudo a rodovia BR-163), contribuíram para algumas transformações na posse, no uso e no preço de terras no meio-norte mato-grossense. Quando aprofundamos o intervalo dos três últimos Censos Agropecuários (1996 – 2017), chama atenção que, apesar da construção de assentamentos da reforma agrária, tem se intensificado nos últimos anos a concentração da posse da terra. Em termos da condição dos produtores e da terra, predominam as áreas próprias, ainda que tenha crescido o arrendamento, presente principalmente no cultivo de soja-milho.

A paisagem mudou bruscamente em Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop. A cobertura e o uso do solo tem sido marcada pela gradual redução das áreas de vegetação nativa e pela consolidação da lavoura, com destaque a soja, que ocupa quase a totalidade da superfície de cultivo na versão, tendo o milho como produto de rotação. Com esse binômio (soja e milho), forma-se uma complexa cadeia produtiva de carne/grãos, sendo que os municípios se tornaram o local de instalação e investimento de grandes empresas de diferentes elos da cadeia produtiva (transporte, infraestrutura, serviços técnicos e financeiros, revenda de máquinas e insumos, armazenamento e processamento da produção).

Este contexto tem aquecido o mercado de terras na região e o seu preço disparou em determinados momentos, sendo mais valorizadas justamente as áreas de cultivo de soja e mais próximas à BR-163. O elevado preço da terra, que também amplia o valor do arrendamento, vinculado com um certo “esgotamento” das áreas de expansão das lavouras em Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop, tem contribuído para o avanço da fronteira para zonas mais distantes e de menor valor da terra. Diferentes regiões da Amazônia brasileira têm sido afetadas por esse movimento, reconfigurando rapidamente as características fundiárias desses territórios e gerando impactos de diferentes ordens (econômico, social, ambiental, político, etc.) que merecem ser monitorados e estudados.

Agradecimento

Pesquisa realizada com apoio do CNPq, Edital Universal de 2018 (Projeto: Expansão da soja, investimentos logísticos e dinâmicas fundiárias: reflexões a partir do corredor “BR 163 - Rio Tapajós”, 426036/2018-2).

Referências bibliográficas

- ALENCAR, Leila Auxiliadora et al. População, desmatamento e produção agrícola temporária na área de influência da BR-163-Mato Grosso. In MARANDOLA Jr., Eduardo et al. (Orgs.). *População, ambiente e desenvolvimento: mudanças climáticas e urbanização no Centro-Oeste*. Campinas: Nepo/Unicamp. 2011, p. 159-84.
- ARANTES, Almir. *Afirmarções e contradições do agronegócio nos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso - Região Norte do Estado de Mato Grosso*. Tese de Doutorado. Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, 2012. 328 p.

- BARROZO, João Carlos (Org.). *Mato Grosso: do sonho à utopia da terra*. Cuiabá: EdUFMT/Carlini e Caniato Editorial. 2008.
- BERNARDES, Julia Adão; FREIRE FILHO, Osni de Luna (Orgs.) *Geografia da soja BR-163: fronteiras em mutação*. Rio de Janeiro: Arquimedes. 2005.
- BERNARDES, Julia Adão. Circuitos espaciais da produção na fronteira agrícola moderna: BR-163 mato-grossense. In: BERNARDES, J. A.; FREIRE FILHO, O. de L. (Orgs.) *Geografia da soja BR-163: fronteiras em mutação*. Rio de Janeiro: Arquimedes. 2005, p. 13-38.
- CARDOSO, Fatima Cristina. *Do confronto à governança ambiental: uma perspectiva institucional para a Moratória da Soja na Amazônia*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. 166 p.
- CARIGNANI, Giseli et al. Nova cidade, velhos problemas: a BR 163 como elemento estruturador da formação da cidade de Nova Mutum-MT e seus desdobramentos na dispersão. *XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*, Natal. 2019, p. 1-17.
- CEPEA - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. Soja – série de preços. 2020. <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/indicador/soja.aspx>>. [15 de novembro de 2020].
- CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. Série histórica de produção. 2020. <<http://www.conab.gov.br>>. [06 de novembro de 2020].
- COSTA, Margot Riemann et al. Expansão da cultura de soja, infraestrutura viária e desenvolvimento regional: a BR 158 e o Vale do Araguaia Mato-Grossense entre 1990 e 2010. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, 2016, vol. 3, nº 2, pp. 135-159.
- COY, Martin; KLINGLER, Michael. Frentes pioneiras em transformação: o eixo da BR-163 e os desafios socioambientais. *Territórios e Fronteiras*, 2014, vol. 7, nº 1, pp. 1-26.
- COY, Martin; KLINGLER, Michael; KOHLHEPP, Gerd. De frontier até pós-frontier: regiões pioneiras no Brasil dentro do processo de transformação espaço-temporal e sócio-ecológico. *Confins - Revista Franco-Brasileira de Geografia*, 2017, nº 30, pp. 1-48.
- DALFOVO, Wylmor Tives et al. Análise das variações dos custos e de rentabilidade para a produção da soja no município de Sorriso-MT no período de 2008 a 2010. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, 2014, vol. 9, nº. 19, pp. 379-400.
- DESCONSI, Cristiano. *A marcha dos pequenos proprietários rurais: trajetórias de migrantes do Sul do Brasil para o Mato Grosso*. Editora E-papers. 2011.
- DESCONSI, Cristiano. *O controle da lavoura: a construção de relações sociais e a produção de soja entre assentados do meio norte de Mato Grosso*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017. 329 p.
- DOMINGUES, Mariana Soares; BERMANN, Célio. O arco de desflorestamento na Amazônia: da pecuária à soja. *Ambiente & sociedade*, vol. 15, nº. 2, pp. 1-22, 2012
- ELIAS, Denise. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, 2006, vol. X, nº. 218 (03). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-03.htm>> [22 de maio de 2020].
- FEARNSIDE, Philip M. Brazil's Cuiabá-Santarém (BR-163) highway: the environmental cost of paving a soybean corridor through the Amazon. *Environmental management*, 2007, vol. 39, nº 5, pp. 601.

- FERNÁNDEZ, Antônio João Castrillon. *Do Cerrado à Amazônia: as estruturas sociais da economia da soja em Mato Grosso*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. 262 p.
- FNP. Preços de Terras (R\$/ha). 2020. <<http://fnp.agribusiness.ihsmarket.com/terras>>. [26 de julho de 2020].
- FURTADO, Paulo José. *Pra trás a gente não volta. Nova Mutum: colonização sulista e cultura "gaúcha" no médio norte de Mato Grosso (1978-2007)*. Dissertação de mestrado. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2009. 184 p.
- GIARETTA, Jussara *et al.* Avanço da atividade agropecuária sobre as áreas de vegetação natural na capital nacional do agronegócio. *Ambiente & Sociedade*, 2019, vol. 22, pp. 1-23.
- GIRARDI, Eduardo Paulon. Mato Grosso: expressão aguda da questão agrária brasileira. *Confins - Revista Franco-Brasileira de Geografia*, 2016, nº 27, pp. 1-22.
- GUZATTI, Nataliê Cristhy; FRANCO, Cleiton. Custo de produção e rentabilidade para cultura da soja nas variedades convencional e transgênica em Mato Grosso. *Revista UNEMAT de Contabilidade*, 2015, vol. 4, nº 8, pp. 1-26.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Economia e Estatística. Banco de dados agregados. 2020. <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. [22 de outubro de 2020].
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Relatório de análise de mercado de terras no estado de Mato Grosso*. Cuiabá: INCRA, 2019.
- KATO, Karina *et al.* Dinâmicas recentes do agronegócio no oeste do Pará: expansão da soja e estruturação de corredores logísticos. *57º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*, Ilheus. 2019, p. 1-20.
- LEÃO, Sandro Augusto Viégas. *Agronegócio da soja e dinâmicas regionais no Oeste do Pará*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2017. 219 p.
- LIMA, Maria do Socorro Bezerra de. *Políticas públicas e território: uma discussão sobre os determinantes da expansão da soja no sul do Amazonas*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2008. 446 p.
- MACEDO, Fernando Cezar; RAMOS, Pedro. Formação, expansão e diversificação econômica: o caso do município projetado de Sinop/MT. *VII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional*, Santa Cruz do Sul. 2015, p. 1-22.
- MAPBIOMAS. Uso e cobertura do solo. 2020. <<https://plataforma.mapbiomas.org/>>. [12 de novembro de 2020].
- MARGARIT, Eduardo. Os interesses em torno da pavimentação da BR-163: tramas políticas envolvidas na consolidação de um novo corredor logístico na Amazônia. *Revista Mato-Grossense de Geografia*, 2013, vol. 16, nº 1, pp. 168-197.
- MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. *Tempo social*, 1996, vol. 8, nº 1, pp. 25-70.
- MORENO, Gislaene. Políticas e estratégia de ocupação. In: MORENO, Gislaene; HIGA, Tereza Cristina Souza (Orgs.) *Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente*. Cuiabá: Entrelinhas. 2005, p. 34-51.
- MORENO, Gislaene. *Terra e poder em Mato Grosso: política e mecanismo de burla (1892 a 1992)*. Cuiabá: Entrelinhas e Edufimt. 2007.

- PEREIRA, Lisanil da Conceição Patrocínio. A expansão da fronteira agrícola e as transformações no norte matogrossense: o caso de Lucas do Rio Verde. Dissertação de mestrado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2000. 113 p.
- REZENDE, Gervásio Castro de. Ocupação agrícola e estrutura agrária no cerrado: o papel do preço da terra, dos recursos naturais e da tecnologia. Texto para Discussão, n. 913. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.
- RICARDO, Cassiano. *A marcha para Oeste*. 4ª ed., v. 2. São Paulo: Editora USP. 1970.
- ROCHA, Betty Nogueira. *Em qualquer chão: sempre gaúcho!: a multiterritorialidade do migrante 'gaúcho' no Mato Grosso*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2006. 161 p.
- ROCHA, Betty Nogueira. *'A trama do drama': a trama das fronteiras e o drama dos migrantes nas configurações do desenvolvimento de Lucas do Rio Verde – MT*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010. 248 p.
- SANT'ANA, Émerson José. Polos de aglomeração produtiva de milho, aves e suínos em Mato Grosso. Dissertação de mestrado. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2010. 143 p.
- SAUER, Sergio; LEITE, Sergio Pereira. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 2012, vol. 50, nº 3, pp. 503-524.
- SAUER, Sérgio; LEITE, Acácio Zuniga. Medida Provisória 759: descaminhos da reforma agrária e legalização da grilagem de terras no Brasil. *Retratos de Assentamentos*, 2017, vol. 20, nº 1, pp. 14-40.
- SAUER, Sérgio; PIETRAFESA, José Paulo. Novas fronteiras agrícolas na Amazônia: expansão da soja como expressão das agroestratégias no Pará. *Acta Geográfica*, Boa Vista, 2013, ed. Esp., pp. 245-264.
- SCHWENK, Lunalva Moura. Transformações no processo de expansão da soja em Mato Grosso: algumas reflexões no contexto ambiental, econômico e social. *Revista Mato-Grossense de Geografia*, 2013, vol. 16, nº 1, pp. 61-88.
- SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. 2008.
- SOUZA, Edison Antônio. Reflexões acerca da história de Sinop/MT: imigração e fronteira agrícola. *História e Diversidade*, 2018, vol. 9, nº. 1, pp. 96-109.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *Matuchos - Exclusão e Luta: do Sul para a Amazônia*. Petrópolis: Vozes. 1993.
- TOMÉ, Cristinne Leus; ROHDEN, Josiane Brolo. O discurso do progresso e a educação na história de Sinop-mato grosso: "como é bom alargar fronteiras de nossa pátria!". *História da Educação*, 2017, vol. 21, nº 52, pp. 312-334.
- USDA - Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. Data and Statistics. 2020. <<http://www.usda.gov/wps/portal/usda/>>. [14 de novembro de 2020].
- VIEIRA, Nivea Muniz. O trabalho invisibilizado pela técnica: o segmento avícola da cadeia carne/grãos em Lucas do Rio Verde. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2018. 435 p.

- VOLOCHKO, Danilo. Terra, poder e capital em Nova Mutum-MT: elementos para o debate da produção do espaço nas “cidades do agronegócio”. *GEOgraphia*, 2015, vol. 17, nº 35, pp. 40-67.
- WESZ Jr., Valdemar João. O mercado da soja e as relações de troca entre produtores rurais e empresas no Sudeste de Mato Grosso (Brasil). Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2017. 237 p.
- WESZ Jr., Valdemar João. Transformações agrárias em Mato Grosso (Brasil): um olhar a partir dos Censos Agropecuários (1940-2006). *História agraria*, 2017, nº. 72, pp. 167-194.
- WESZ Jr., Valdemar João. A rentabilidade dos produtores de soja no Paraguai: concentração e exclusão. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 2020, vol. 28, nº 1, p. 156-179.
- ZART, Laudemir Luiz. Desencanto da nova terra: assentamento no município de Lucas do Rio Verde-MT na década de 80. Dissertação de mestrado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1998. 187 p.

© Copyright: Valdemar João Wesz Junior, 2021

© Copyright Biblio3W, 2021

Ficha bibliográfica: WESZ Jr., Valdemar João. Transformações na posse, no uso e no preço da terra no meio norte Mato-Grossense (Brasil). Biblio3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 20 de junio de 2021, vol. XXVI, nº 1324 [ISSN: 1138-9796].